

# Brasil– EUA: Relações Históricas e Novos Desafios

*Autor e Organizador: Clodoaldo Bueno*



O presente caderno é resultado da conferência realizada no Instituto de Estudos Avançados no dia 25 de março de 1998 e contém, além do texto principal, as intervenções dos debatedores: *Leonel Itaussu Almeida Mello* – “O imperialismo e a América Latina, pág. 59; *Nanci Lorenzo* – “A propósito do texto Brasil-Estados Unidos: relações históricas e novos desafios”, pág. 68.

# BRASIL-ESTADOS UNIDOS: RELAÇÕES HISTÓRICAS E NOVOS DESAFIOS\*

Clodoaldo Bueno\*\*

O estudo da história das relações do Brasil com os Estados Unidos é útil na tarefa de compreensão do presente, sobretudo porque mostra continuidades, similitudes e situações análogas. O que se pretende fazer no presente texto não é uma análise completa daquelas relações, mas destacar os períodos de 1889 a 1902 e de 1945 a 1964. O primeiro, de alinhamento do Brasil à potência hegemônica do hemisfério; o segundo, também de alinhamento, mas com progressivo afastamento. O conhecimento de tais períodos, mesmo de forma abreviada, além de ampliar a visão do analista sobre o presente, fornece alguns fundamentos para o exame de certos itens da agenda das relações internacionais do País, especialmente aqueles que se referem aos projetos de integração.

## EXPANSÃO ECONÔMICA E INTEGRACIONISMO

No decurso do século XIX, sobretudo a partir de 1830, os Estados Unidos mantiveram-se retraídos em relação à América Latina. Os comerciantes e industriais norte-americanos, incapazes de concorrer com os ingleses, preferiram o crescente mercado interno resguardado pelo protecionismo alfandegário. Os tratados bilaterais substituíram a política latino-americana dos presidentes

---

\* O presente texto é preliminar e será parte de trabalho amplo, em elaboração.

\*\* Professor visitante do Instituto de Estudos Avançados da USP.

Jefferson e Monroe.<sup>1</sup> Só no último quartel do século XIX os Estados Unidos voltaram a considerar a América Latina como um todo. Foi nesse momento que formularam uma política exterior pan-americana, nitidamente informada por razões de natureza econômica. Após o período de Reconstrução (1865-77 - economicamente, significou o triunfo do industrialismo sobre o agrarismo), o mercado interno norte-americano estava saturado de manufaturas e havia capital de sobra aos quais era preciso dar vazão. Os anos situados entre 1870 e 1893, aproximadamente, são os da “idade áurea” dos Estados Unidos.

A jovem nação americana, a partir de então, reivindicou sua integração no rol das grandes potências e procurou formar sua esfera de influência a exemplo do que estavam fazendo os imperialismos francês, britânico e alemão. O comércio e a grande finança passaram a fundamentar, basicamente, a política exterior norte-americana. A América Latina, assim, foi vista pelos norte-americanos como uma área naturalmente destinada a integrar sua órbita, por razões geográficas e em razão do passado colonial comum.

Foi nessa conjuntura que o Secretário de Estado norte-americano James Blaine convocou todas as nações do hemisfério, à exceção do Canadá, para uma conferência internacional americana, que teve lugar em Washington, no período de 20 de outubro de 1889 a 19 de abril de 1890.

Pelo exame da agenda desse encontro percebe-se claramente a intenção dos norte-americanos de ampliar o intercâmbio comercial com a América Latina: medidas destinadas a promover a prosperidade dos Estados americanos; união pan-americana de comércio; comunicação dos portos; união aduaneira; pesos e medidas; direitos de invenção; moeda comum; e arbitramento. Como se vê, apenas um item era de natureza política.

A primeira conferência internacional americana teve poucos resultados

---

<sup>1</sup> O primeiro tratado bilateral entre o Brasil e os Estados Unidos foi celebrado em 1828.

práticos. Todos os projetos apresentados pelos norte-americanos, à exceção do referente à criação de uma união das repúblicas americanas, foram rejeitados pelos demais delegados.

A projetada união aduaneira, inspirada no *Zollverein* alemão (união aduaneira criada em 1833, foi um dos fatores da unidade alemã), proposta pelos Estados Unidos, provocou amplas discussões, tendo os latino-americanos dado mostras de visão larga ao perceberem as decorrências de sua eventual aprovação. O representante argentino Roque Saenz Peña apresentou contra o projeto argumentos ainda hoje válidos para certas repúblicas. Todos os países da América Latina tinham então uma economia caracterizada pelo predomínio do setor agroexportador e, nessas condições, a principal fonte de ingressos eram os impostos sobre a importação de manufaturados. Sem uma indústria nacional, o estabelecimento da livre troca, além de significar a abdicação de preciosa fonte de ingressos, comprometeria, a curto e a longo prazos, as possibilidades de industrialização. A delegação do Império do Brasil partira com instruções expressas para rejeitar qualquer proposta que fosse feita no estilo do *Zollverein*, reafirmando recusa já feita em 1887 ao então presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland.

A primeira conferência, todavia, ensejou a criação de uma associação permanente das repúblicas do continente, sob a denominação de “União Internacional das Repúblicas Americanas”. Era uma organização frouxa, mas servida por um *bureau* comercial, sediado em Washington, que publicava um boletim contendo dados estatísticos, tarifas e regulamentos aduaneiros de interesse para o desenvolvimento dos países do continente.

Esta união despertava, na época, receio entre os hispano-americanos. Vivia-se o momento dos “panismos”, que acobertavam desejos de hegemonia, como por exemplo, pan-germanismo e pan-eslavismo, atrás dos quais estavam,

respectivamente, Alemanha e Rússia. O aparecimento, neste lado do Atlântico, de um pan-americanismo patrocinado pelos Estados Unidos, provocava a sensação de que os norte-americanos procuravam meios para exercer hegemonia sobre o continente.

De qualquer forma, o modesto *bureau* teve aos poucos suas funções ampliadas conforme se sucediam conferências que se realizaram com regularidade até a eclosão da Primeira Guerra.

Na Europa, a Revolução Industrial fez as potências desembocarem no imperialismo, consubstanciado na aquisição de colônias. Do lado de cá do Atlântico, o expediente utilizado pelos norte-americanos foi a busca de uma união continental justificada pela retórica do pan-americanismo. A procura da expansão econômica para além das fronteiras e a procura da consolidação e ampliação de um sistema de poder levaram os Estados Unidos ao desejo de envolver toda a América Latina em torno de si, tratando-a como um todo. O sucesso do projeto hegemônico norte-americano, contudo, deveu-se, também, ao retraimento da potência britânica que até então havia imposto sua *pax* à região.

## **O REDIRECIONAMENTO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NA PRIMEIRA FASE DA REPÚBLICA (1889-1902)**

Durante todo o século XIX a Grã-Bretanha foi a principal fornecedora de capital e produtos acabados para o Brasil, sobre o qual desfrutava uma situação de preponderância econômica.<sup>2</sup> Mas, ao findar-se o século XIX, em termos

---

<sup>2</sup> RODRIGUES, José Honório. *Interesse nacional e política externa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p.29. Vejam-se MANCHESTER, Alan K. *Preeminência inglesa no Brasil*. Trad. de Janaína Amado. São Paulo: Brasiliense, 1973; GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil*. Trad. de Roberto Machado de Almeida. São Paulo: Brasiliense, 1973. p.329-31; WRIGHT, A. F. P. A. *Desafio americano à preponderância britânica no Brasil: 1808-1850*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1972, p.7.

globais, ela estava longe de ocupar na lista dos nossos principais importadores a mesma posição que ocupava como vendedora. Nos primeiros anos do século atual a agroexportação brasileira dependia basicamente do mercado dos Estados Unidos para sua sobrevivência. A mudança mais significativa havida na política externa brasileira decorrente da instalação do regime republicano, em 1889, foi no sentido de retirar a ênfase que se dava às relações com a Grã-Bretanha em favor de um direcionamento para os Estados Unidos, estabelecendo-se, assim, o compasso com a vinculação econômica existente entre os dois países, pois o comércio exterior brasileiro já estava irreversivelmente direcionado para a potência hemisférica, seguindo uma trajetória que tem suas raízes ficadas no momento em que o café passou ocupar posição preeminente na pauta das exportações do Brasil.

O americanismo foi, assim, um traço da política externa da República desde o seu nascimento, em oposição ao europeísmo da Monarquia. As instituições monárquicas prenderam o Brasil ao concerto europeu. Na concepção dos republicanos, a integração do País ao sistema continental americano era uma decorrência da instalação das novas instituições. Nesta linha, o Legislativo é rico em manifestações de boa parte de seus integrantes que defendiam o retraimento do Brasil na Europa e, em seu lugar, propunham a regionalização das suas relações.

A influência norte-americana foi reforçada por ocasião da Revolta da Armada. A eventual vitória desta poderia colocar em risco o futuro das novas instituições, o que provocava nos observadores da época a antevisão de uma reavaliação da diplomacia brasileira em relação aos Estados Unidos. Por isto, o governo deste país apoiou pragmaticamente Floriano Peixoto. O triunfo deste sobre os revoltosos da Armada, contribuiu, decisivamente, para levar ainda mais o Brasil para a órbita da influência americana.

No aspecto econômico, a aproximação Brasil-Estados Unidos pode ser interpretada, sem exagero, como uma fatalidade. O Brasil, na periferia do sistema capitalista, com uma economia tipicamente exportadora de produtos agrícolas tropicais<sup>3</sup>, tinha nos Estados Unidos mercado consumidor sólido, e com amplas perspectivas de expansão, para o café e outros produtos. O mercado norte-americano era, assim, fundamental para manter aquecido o setor dinâmico da economia brasileira.

Importante pelo que simbolizou no referente às relações comerciais entre Brasil e Estados Unidos, em razão do advento da República, foi o Convênio Aduaneiro, também conhecido como tratado recíproco de 1891. Negociado e assinado pelo Secretário do Estado James G. Blaine e Salvador de Mendonça, ministro plenipotenciário do Brasil em Washington, estabeleceu que em troca da livre-entrada do café brasileiro, vários produtos norte-americanos passaram a entrar no País isentos de direitos enquanto outros gozavam de uma redução de 25% sobre o imposto a pagar.<sup>4</sup>

O Convênio, logo após assinado, foi amplamente criticado no Brasil, sobretudo pelo fato de o mesmo ter se tornado sem efeito para os interesses nacionais no momento em que os Estados Unidos deram livre-entrada para o açúcar das possessões espanholas das Antilhas. Um dos objetivos do Convênio (reanimar a indústria açucareira dos Estados nordestinos) ficou frustrado, pois o produto destes Estados, de inferior qualidade (a isenção fora concedida aos açúcares dessa categoria), não conseguia competir com o açúcar antilhado, em razão, sobretudo, da proximidade geográfica.<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> FURTADO, Celso. *Formação econômica da América Latina*. 2a.ed. Rio de Janeiro: Lia, 1970, p. 55-63.

<sup>4</sup> *Relatório do Ministro da Fazenda - 1895*, p.121. Para mais detalhes, veja-se BUENO, Clodoaldo. *A República e sua política exterior*. São Paulo: Ed. da UNESP; Brasília: IPRI, 1995, p.117-47. Importante pelas transcrições documentais é AZEVEDO, José Afonso Mendonça. *Vida e obra de Salvador de Mendonça*. Ministério das Relações Exteriores: Divisão de Documentação, 1971, p.147-69. Veja-se, ainda, GRAHAM, 1973, p.317.

<sup>5</sup> MENDONÇA, Carlos Sússekind de. *Salvador de Mendonça: democrata do Império e da República*. Rio de

## RIO BRANCO: CONSOLIDAÇÃO DA “ALIANÇA” COM OS ESTADOS UNIDOS (1902-12).

Rio Branco, que dirigiu a chancelaria brasileira por quase dez anos com elevado grau de autonomia pessoal, percebeu bem a nova distribuição do poder mundial e, sobretudo, a posição ocupada pelos Estados Unidos:<sup>6</sup>

“A verdade é que só havia grandes potências na Europa e hoje elas são as primeiras a reconhecer que há no Novo Mundo uma grande e poderosa nação com que devem contar e que necessariamente há de ter a sua parte de influência na política internacional do mundo inteiro”.<sup>7</sup>

A gestão Rio Branco situa-se no período em que os Estados Unidos buscavam a formação do seu subsistema de poder. O chanceler brasileiro não contestou as pretensões norte-americanas e até facilitou-lhes a tarefa na medida em que aproximou, mais do que já estava, o seu país dos Estados Unidos e manifestou o desejo de ver estes desempenhando o papel de *leadership* do continente.<sup>8</sup>

Um dos pilares da política exterior de Rio Branco foi a amizade dos Estados Unidos. Esta atendia aos interesses da agroexportação e o auxiliava no exercício de uma política de supremacia na área sul-americana. O

---

Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1960, p.157-8.

<sup>6</sup> Veja-se GANZERT, Frederic William. The Baron do Rio Branco, Joaquim Nabuco, and the growth of Brazilian-American friendship, 1900-1910. *The Hispanic American Historical Review*, 22:432-451, 1942, p.432.

<sup>7</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI). Despacho para Washinton, 31 jan. 1905. Veja-se COSTA, João Frank da. *Joaquim Nabuco e a política exterior do Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1968, p.200-2.

<sup>8</sup> AHI. Veja-se, por exemplo, despacho para Washington, 29 dez. 1907.

redirecionamento da política externa brasileira inaugurado pela República foi de tal modo consolidado que sobreviveu ao próprio chanceler. Após Rio Branco a amizade entre os dois países tornou-se ainda mais íntima e adquiriu outras características, consoante a nova ordem mundial surgida durante e após as crises do sistema internacional da primeira metade do presente século.<sup>9</sup>

A aproximação aos Estados Unidos foi facilitada em parte pelo fato de Rio Branco não ter questionado os termos do corolário Roosevelt à doutrina Monroe nem desaprovado os métodos de ação do presidente norte-americano, mesmo porque não via

“(...) motivo para que as três principais nações da América do Sul, - o Brasil, o Chile e a Argentina, - se molestem com a linguagem do Presidente Roosevelt (...) Ninguém poderá dizer com justiça que elas estão no número das nações desgovernadas ou turbulentas que não sabem fazer ‘bom uso da sua independência’, ou que deva ser aplicado pelos mais fortes o ‘o direito de expropriação contra os povos incompetentes’, direito proclamado há tempos pelo atual Presidente dos Estados Unidos”<sup>10</sup>

A posição de Rio Branco não foi, aliás, singular na América Latina, que, de modo geral, acolheu com moderação a interpretação que Roosevelt deu àquela doutrina.<sup>11</sup> A tranquilidade com que Rio Branco via o intervencionismo norte-americano devia-se em parte ao fato de o Brasil já ter praticado intervenções, durante o Império, na área do Prata.<sup>12</sup> Além disso, o chanceler

<sup>9</sup> A este propósito, veja-se LAFER, Celso & PEÑA, Felix. *Argentina e Brasil no sistema das relações internacionais*. São Paulo: Duas Cidades, 1973. p.86-90.

<sup>10</sup> AHI. Despacho para Washington, 31 jan. 1905 (Rio Branco a Alfredo de Moraes Gomes Ferreira). BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973, 68-169.

<sup>11</sup> PERKINS, Dexter. *Historia de la Doctrina Monroe*. Trad. de Luiz Echávarri. Buenos Aires: Eudeba, 1964, p.204-5.

<sup>12</sup> Para a política do Brasil na Bacia do Prata no século XIX, veja-se BANDEIRA, Moniz. *O expansionismo*

brasileiro estava preocupado com futuras situações revolucionárias em repúblicas limítrofes que pudessem provocar desordens em trechos da fronteira e quebrar a paz na área sul-americana.<sup>13</sup> Outro fator que facilitava a aceitação do corolário Roosevelt por Rio Branco era a estabilidade político-institucional desfrutada pelo País, que, além disso, conseguiu pôr as contas externas em ordem. A rígida política financeira de Campos Sales (1898-1902) e a prosperidade da lavoura cafeeira possibilitaram ao Brasil fazer face aos seus compromissos internacionais e permitiram os êxitos materiais da administração Rodrigues Alves (1902-06),<sup>14</sup> marco do apogeu da Primeira República. O Brasil estava muito longe de ser uma república “mal governada e turbulenta”.

Rio Branco, em mais de uma oportunidade, repartiu com Roosevelt o adjetivo de imperialista, sobretudo na América espanhola. O chanceler brasileiro não era, contudo, figura deslocada do seu ambiente. Sua posição em relação à mensagem do presidente norte-americano feita em 6 de dezembro de 1904 tinha respaldo na opinião interna, embora não unânime.<sup>15</sup>

O silêncio oficial de Rio Branco em face da mensagem de Roosevelt, a aceitação desta por boa parte da imprensa brasileira<sup>16</sup> e o equívoco gerado pela presença do embaixador Joaquim Nabuco no Departamento de Estado quando do incidente da *Panther*<sup>17</sup> permitiram que no exterior se formasse o entendimento

brasileiro. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985, cap. V e seguintes.

<sup>13</sup> BURNS, E. Bradford. (*The unwritten alliance; Rio Branco and the Brazilian-American relations*. Nova York-Londres: Columbia University Press, 1966, p. 152), com propriedade, refere-se ao fato de o Brasil na bacia do Prata enfrentar situação semelhante àquela enfrentada pelos Estados Unidos no Caribe. Na ótica do Brasil, os distúrbios políticos no Paraguai e Uruguai prejudicavam a imagem externa dos sul-americanos.

<sup>14</sup> Veja-se BELLO, José Maria. *História da República*. 5a. ed. São Paulo: Nacional, 1964, p. 234.

<sup>15</sup> Por exemplo, Mattos Faro. A doutrina de Monroe, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 20 out. 1905. Monarquista saudoso, temia a absorção norte-americana.

<sup>16</sup> Rio Branco afirmou que: “De oito folhas diárias que temos nesta capital [Rio de Janeiro], apenas o *Jornal do Brasil* apreciou desfavoravelmente as declarações feitas [por Roosevelt] e mais uma vez manifestou a sua má vontade para com os Estados Unidos”. (AHI. Depacho para Washington, 31 jan. 1905 - Rio Branco para Alfredo de Moraes Gomes Ferreira).

<sup>17</sup> Em 27 de novembro de 1905, oficiais alemães da canhoneira *Panther* desembarcaram no litoral de Santa Catarina, sem autorização das autoridades locais, com o intuito de capturar um desertor. Rio Branco protestou

de que o Brasil não só aceitara tacitamente como encampara a doutrina Monroe nos termos em que fora interpretada pelo então presidente norte-americano. Assim entendeu, por exemplo, o *Morning Post* de Londres.<sup>18</sup> Segundo telegramas dos Estados Unidos, constou na imprensa de Nova York que o Brasil iria assumir “a defesa da doutrina Monroe na América do Sul”. A então projetada viagem do Secretário de Estado Elihu Root ao Rio de Janeiro estaria ligada a um eventual acordo ou cordial inteligência entre Brasil e Estados Unidos. Chegou-se a enxergar o Brasil como co-garante do monroísmo na América do Sul.<sup>19</sup> Para o diário portenho *La Nación*, o rearmamento naval brasileiro inseria-se num quadro por demais nítido: a aproximação brasileiro-norte-americana fazia-se em virtude de um pacto segundo o qual

“(...) o Brasil exerceria a hegemonia sul-americana por delegação norte-americana, assim como esta a exercia sobre todo o continente, a pedido e exortação das grandes potências em conflito com algumas republiquetas”.<sup>20</sup>

Esta interpretação é sedutora, mas é discutível. Tanto é assim que no discurso de abertura da Terceira Conferência Internacional Americana, realizada no Rio de Janeiro em 1906, Rio Branco, ao elogiar a Europa na presença de Elihu Root, respondeu aos que imputavam ao Brasil o papel de co-gendarme da América Latina à custa da enfeudação da diplomacia brasileira à norte-americana. O discurso do chanceler brasileiro desfez dúvidas, tendo até recebido

---

junto ao governo imperial alemão contra a violação da soberania brasileira e exigiu a entrega do prisioneiro caso tivesse sido capturado. (Para mais informações sobre o incidente da *Panther*, veja-se BUENO, Clodoaldo. A competição alemã no Brasil no início do século XX: o incidente da *Panther*. *Revista brasileira de política internacional*, 38(1):64-74, 1995).

<sup>18</sup> Telegrammas - Inglaterra. *Jornal do Commercio*, 12 dez. 1905. Telegrama de Londres, 11 dez. 1905. Los triunfos del Brasil. *El Diario*, Buenos Aires, 5 dez. 1905.

<sup>19</sup> El Congreso Panamericano. *La Prensa* Buenos Aires, 25 e 26 mar. 1906. En Rio de Janeiro. *La Nación*, Buenos Aires, 26 jul. 1906.

o aplauso de Oliveira Lima, então um dos maiores críticos da política externa do seu país.<sup>21</sup> Segundo o tribuno pernambucano, Rio Branco “serenamente obstou à enfeudação do Brasil, país com aspirações e tradições próprias, ao sistema norte-americano”.<sup>22</sup>

Se Rio Branco não questionou os termos do corolário Roosevelt foi porque estes vinham ao encontro de suas concepções e não por um idealismo ingênuo quanto à natureza do pan-americanismo. Sabia que este fora reanimado pelo Secretário de Estado Blaine, em 1888-9, no próprio interesse dos Estados Unidos.<sup>23</sup> O chanceler brasileiro teve suficiente acuidade para perceber que a presença de Root no Brasil por ocasião Terceira Conferência Internacional Americana fora em benefício da influência norte-americana na América do Sul. Por isso, inclusive, recusou a sugestão de Joaquim Nabuco para visitar, com aparato e reserva nos preparativos para não ter imitadores, os Estados Unidos, a título de pagamento da visita que fizera Root ao Rio. Na oportunidade, Rio Branco observou que:

“Achaques velhice [ não me] permitiriam viagem de aparato, além de que despesa seria grande e não houve visita especial a este governo (...) Não penso que tenhamos dever de retribuir visita feita a tantos países no interesse do desenvolvimento da influência americana e não por atenção

<sup>20</sup> La diplomacia brasileña. *La Nación*, Buenos Aires, 13 nov. 1906.

<sup>21</sup> Oliveira Lima encampava os termos da expressão do representante argentino Roque Sáenz Peña (“A América para a Humanidade”), proclamada por ocasião da Primeira Conferência Internacional Americana, realizada em Washington. Mais tarde (1912), Oliveira Lima reafirmou, em conferências nas principais universidades norte-americanas, o seu ponto de vista, que, de certo modo, quadrava-se com o discurso de Rio Branco na abertura da Terceira Conferência: “O ilustre homem de Estado que atualmente preside os destinos da Nação Argentina, proclamou na primeira conferência pan-americana, em Washington, que a América competia à humanidade, não a uma fração dela, fosse esta os americanos; e com efeito está a América sendo, e deverá continuar a sê-lo cada vez mais, o campo de emprego para capitais europeus, de estudo para sábios europeus, de atividade para imigrantes europeus. O Novo Mundo só assim cumprirá sua missão histórica e social e resgatará a dívida contraída com a Europa, que lhe deu a civilização”. (LIMA, Oliveira. *América Latina e América Inglesa*. Rio de Janeiro: Garnier, s.d, p.187-8).

<sup>22</sup> *Apud* LINS, Álvaro. *Rio-Branco*. Rio de Janeiro-São Paulo: José Olympio, 1945, v 2, p.505, nota 573.

<sup>23</sup> Despacho para Washington, *apud* LINS, 1945, v.2, p. 567.

especial ao Brasil”.<sup>24</sup>

Constatado que o Brasil se situava na área de influência dos Estados Unidos e dependente do seu mercado (recebiam 60 a 70% do principal produto de exportação brasileiro), dir-se-ia que não lhe restava outra alternativa a não ser a íntima aproximação da potência do norte.<sup>25</sup> Além dos dados relativos ao comércio, havia razões de outra natureza. A amizade norte-americana assumia um caráter tanto defensivo quanto preventivo e lhe permitia jogar o peso da influência da nova potência hemisférica a seu favor. Na opinião de Rio Branco não havia possibilidade de se formar no continente americano nenhum bloco de poder capaz de se opor aos Estados Unidos em razão da falta de coesão e da reconhecida fraqueza dos países hispânicos. Seria, até, uma idéia ridícula.<sup>26</sup>

A atitude de Rio Branco em face do bloqueio naval imposto pela Grã-Bretanha, Alemanha e Itália à Venezuela é ilustrativa. Além de aceitar a posição norte-americana, que dera o *nihil obstat* às potências européias, recusou a sugestão do ministro argentino Drago para formar uma liga de países sul-americanos contra demonstrações de força. Rio Branco negou-se mesmo engrossar o protesto de Drago contra cobrança coercitiva de dívidas, no entendimento de que não estava em questão a doutrina Monroe, uma vez que o bloqueio não envolvia conquista territorial. Demais, o Brasil não era mau pagador. Rio Branco afirmou em despacho para Washington: “Concordo com vossa excelência [Assis Brasil] e secretário de Estado Hay. Não devemos entrar

---

<sup>24</sup> AHI. Despacho para Washington, 28 maio 1908.

<sup>25</sup> O Império Alemão, nesse momento, competia com a Grã-Bretanha e os Estados Unidos na busca de “um lugar ao sol” na ordem mundial da virada do século. Uma “alternativa alemã” para o Brasil seria impensável em razão das características do imperialismo germânico.

<sup>26</sup> “A tão falada liga das Repúblicas hispano-americanas para fazer frente aos Estados Unidos é pensamento irrealizável, pela impossibilidade de acordo entre povos em geral separados uns dos outros, e é até ridículo, dada conhecida fraqueza e falta de recursos de quase todos eles”. (AHI. Despacho para Washington - Rio Branco a Gomes Ferreira, 31 jan. 1905).

nisso sendo desejo do presidente e também meu que possamos estar sempre de acordo com o governo de Washington”.<sup>27</sup> A chancelaria brasileira, nesse caso concreto e numa perspectiva realista, não apareceu em posição divergente dos Estados Unidos. Para Rio Branco seria uma incoerência estar em desacordo com a potência que ele reconhecia como líder do continente. Além disso, qualquer protesto, naquela conjuntura, embora pudesse fixar doutrina, seria vão e teria apenas efeito irritativo uma vez que afora dos Estados Unidos nenhum outro país americano tinha força suficiente para se opor a qualquer uma das potências européias envolvidas no episódio venezuelano. Rio Branco, ao não aceitar a proposta de formalizar protesto conjunto, não apareceu secundando uma iniciativa argentina, pois poderia significar um tento a favor da liderança do país platino numa América Latina composta de devedores.<sup>28</sup>

### **O pragmatismo da aproximação**

A habilidade diplomática de Rio Branco consistiu, entre outros aspectos, em servir-se da amizade norte-americana em benefício dos objetivos buscados pelo Brasil, como já foi, aliás, acentuado por Lafer.<sup>29</sup>

Isto, todavia, não descarta a observação de que Rio Branco era um realista. O caso do Acre é bem ilustrativo. Embora enxergasse na doutrina Monroe um anteparo às agressões européias, não mantinha ilusões a respeito da atitude dos Estados Unidos, caso estivesse em jogo interesses concretos de cidadãos norte-americanos. Quando do arrendamento do território acriano pelo governo da

---

<sup>27</sup> *Apud* LINS, 1945, p.489-90.

<sup>28</sup> Assis Brasil, na condição de plenipotenciário do Brasil em Washington, afirmou, a propósito do protesto de Drago: “... [O] Brasil não deve confundir-se [com] maus devedores. Protesto só teria peso entrando Estados Unidos. Conversei largamente com Hay [Secretário de Estado] declina entrar”. (AHI. Ofício de Washington - Assis Brasil a Rio Branco).

<sup>29</sup> In LAFER & PEÑA, 1973, p.86-7.

Bolívia ao *Bolivian Syndicate* alertara, na condição de ministro plenipotenciário do Brasil em Berlim, ao então ministro das relações exteriores, Olinto de Magalhães, para os desdobramentos que fatalmente ocorreriam em virtude do estabelecimento de soberanias estranhas nas fronteiras do Brasil. O futuro chanceler ponderou, temeroso, que, na hipótese de capitalistas ingleses participarem com os norte-americanos no consórcio destinado à exploração da borracha acriana, os “interesses políticos e as rivalidades comerciais” levariam “outros governos europeus a não perder a ocasião de concorrer para o enterro da doutrina Monroe”.<sup>30</sup>

Rio Branco manifestava a opinião de que não conviria ao Brasil abrir um conflito de interesses ou pôr-se em desacordo com os Estados Unidos, que até então constavam como aliados do Brasil, pois isso traria “bastante dano, enfraquecendo consideravelmente a nossa situação aos olhos da Europa”.<sup>31</sup> Isto porque a soberania brasileira sobre a Amazônia dependia em grande medida da amizade dos Estados Unidos. Daí a importância de não rompê-la, pois “Se os Estados Unidos convidarem, por acaso, governos da Europa para exploração de terras da América do Sul e para impor a completa liberdade do Amazonas, dificilmente recusarão o convite”.<sup>32</sup> Realisticamente, não via a potência do norte como desinteressada guardiã do Novo Mundo:

“(…) Faço votos para que meia dúzia de ambiciosos de La Paz e Nova York não consigam despertar a cobiça com que os Estados Unidos de outros tempos olhavam para o Amazonas, cobiça que acarretou tantos incômodos e sobressaltos a mais de um Gabinete do Império”.<sup>33</sup>

---

<sup>30</sup> AHI. Ofício de Rio Branco a Olinto de Magalhães, 12 jun. 1902, *apud* TOCANTINS, Leandro. *Formação histórica do Acre*. Rio de Janeiro: Conquista, 1961, p.438.

<sup>31</sup> *Idem*

<sup>32</sup> *Idem*.

<sup>33</sup> *Idem*.

Esse temor dos Estados Unidos era também partilhado por Assis Brasil, observador perspicaz e uma das estrelas de primeira grandeza da diplomacia republicana. Segundo este diplomata seria recomendável isolar, mediante indenização, o *Bolivian Syndicate* das negociações relativas à questão do Acre a fim de não se reforçar ainda mais a influência norte-americana:

“Não simpatizo com o contínuo recurso à influência *yankee*, seguro meio de a fortalecer além da já exagerada que ela naturalmente tem. Sou amigo dos Estados Unidos e quisera ver o Brasil em entreita aliança com este país, mas tomando a cautela sistemática de o afastar dos seus negócios”.<sup>34</sup>

Rio Branco entendeu da mesma forma, pois primeiro isolou o sindicato, na forma indicada e, depois, passou às negociações diretas com a Bolívia, das quais resultaram o Tratado de Petrópolis de 17 de novembro de 1903 que pôs fim à questão.

A amizade votada aos norte-americanos, além de se assentar na tradição e em razões de natureza econômica, tinha, conforme já afirmado, um caráter pragmático, pois servia para conjurar eventuais dificuldades que poderiam surgir em Washington, capital que, segundo as próprias palavras do chanceler, era o principal foco de intrigas contra o Brasil.<sup>35</sup> Ilustrativo é o seguinte trecho de despacho para Washington, confirmando telegrama anterior:

---

<sup>34</sup> AHI. Carta de Assis Brasil a Rio Branco, 17 out. 1902, *apud* TOCANTINS, 1961, p.573.

<sup>35</sup> Rio Branco, usando o pseudônimo de J. Penn, publicou um texto no *Jornal do Commercio* em defesa da aproximação Brasil-Estados Unidos para responder às críticas surgidas em razão da criação da embaixada brasileira em Washington. O texto foi republicado em 1930 pela Imprensa Nacional. Veja-se, também, HILL, Lawrence F. *Diplomatic relations between the United States and Brazil*. Westport: Greenwood Press, 1970, p.292-293. Uma boa análise do texto de Rio Branco foi feita por GANZERT, 1942, p.436-439.

“Sobre caso Chile Peru como sobre caso Brasil Peru melhor atitude governo americano seria aconselhar Peru a transigir para acabar com estas questões. Condescendendo com as manhosas choradeiras do Peru enche-o de esperanças anima a sua intransigência e dificulta a solução desses litígios. Colômbia também procurou 1906 apoio americano contra Brasil na questão de navegação fluvial e nada tendo obtido de Root conseguimos resolver questão limites e questão navegação satisfatoriamente para as duas partes”.<sup>36</sup>

De qualquer forma, Rio Branco tinha a doutrina Monroe, mesmo com o acréscimo feito a esta por Roosevelt, como elemento de defesa.<sup>37</sup> Ao ler de maneira correta a nova ordem mundial, via a formação, em espaço extra-europeu, de um novo centro de poder:

“Mais fundamentos teriam para se molestar com as declarações da Mensagem [de Roosevelt] essas grandes Potências européias pelo propósito que o Governo dos Estados Unidos mostra de intervir, sempre que for necessário, na questão do oriente europeu e nas da Ásia, que as mesmas entendiam pertencer-lhes exclusivamente. A verdade é que só havia grandes Potências na Europa e hoje elas são as primeiras a reconhecer que há no Novo Mundo uma grande e poderosa nação com que devem contar e que necessariamente há de ter a sua parte de influência na política internacional do mundo inteiro”.<sup>38</sup>

Antes disso, quando estive na Suíça em missão especial para defender os direitos do Brasil no litígio com a França pela posse do Amapá, Rio Branco já manifestara receio da agressividade européia e, por conseguinte, valorizara o caráter defensivo da doutrina Monroe, pois esta se aplicava exatamente às

---

<sup>36</sup> AHI. Despacho para Washington, 4 fev. 1909.

<sup>37</sup> “A doutrina de Monroe e o respeito misturado de temor, que pelos seus processos novos, os Estados Unidos inspiram às grandes potências da Europa tem servido pra impedir, desde há muitos anos, que elas pensem em violências e conquistas no nosso continente”. (AHI. Despacho para Washington, 31 jan. 1905).

<sup>38</sup> AHI. Despacho para Washington, 31 jan. 1905.

questões de limites entre as nações latino-americanas e as potências do Velho Mundo que ainda conservavam colônias no continente.

### **Reações no Prata: a tese do subimperialismo**

O projeto de reorganização da marinha de guerra brasileira, em 1906-8, fez recrudescer na Argentina vivo sentimento anti-brasileiro. Rio Branco em carta a Domício da Gama, então ministro plenipotenciário do Brasil em Buenos Aires, recomendou-lhe a conveniência de

“(...) estreitar relações com o Ministro Americano [em Buenos Aires] e ganhar a sua confiança para que ele não se deixe influenciar pela atmosfera de ódio e prevenções contra o Brasil em que vive. Devo informá-lo de que dias antes Root se oferecera para tratar da equivalência naval (...)”<sup>39</sup>

Rio Branco neste problema específico não procurou jogar a influência norte-americana para atingir suas pretensões, mas sim isolá-la. Ganhar a confiança do ministro norte-americano acreditado junto ao governo argentino significava ficar mais à vontade para agir, pois inibiria eventual mediação norte-americana e faria com que a questão ficasse restrita aos dois países.

Para Rio Branco a aproximação Brasil-Estados Unidos, além de ser entendida como um neutralizador contra eventuais intervenções, reforçava a posição do seu país nas negociações com as nações sul-americanas tendo em vista a solução dos problemas de fronteira ainda pendentes.<sup>40</sup> Tanto é assim que na ocasião em que pediu para Nabuco aceitar o novo cargo de embaixador em

---

<sup>39</sup> AHI. Carta de Rio Branco a Domício da Gama, Rio de Janeiro, 15 dez. 1908.

Washington, observou em carta pessoal a Graça Aranha que “necessitava” daquele no posto “por causa da questão do Peru (bons ofícios, mão forte ao Brasil)”.<sup>41</sup>

Mas, num contexto geográfico marcado pelo temor do imperialismo norte-americano,<sup>42</sup> a aproximação do maior país da América do Sul à potência hegemônica do hemisfério provocava inquietação na América espanhola. Vislumbrou-se a possibilidade de o Brasil encampar os termos da doutrina Monroe no segmento sul do continente<sup>43</sup> e de alimentar pretensões de hegemonia com o aval da potência do norte.<sup>44</sup>

Segundo o diário argentino *La Nación*, a imprensa da Europa, da Inglaterra em especial, interessada na América do Sul por razões de ordem financeira, previa, em razão da reorganização naval do Brasil e na aproximação deste aos Estados Unidos, o início de “uma diplomacia imperialista, uma hegemonia a ser partilhada entre o Brasil e a Norte América, prestando-se o primeiro a ser agente do segundo em suas ambições de domínio continental”.<sup>45</sup>

A idéia de que o Brasil iria desempenhar o papel de co-garante da doutrina Monroe foi manifestada também pelo *Washington Post*, que viu na viagem do Secretário de Estado Root ao Rio de Janeiro a intenção de delegar poderes ao Brasil:

“(...) arranjar uma *entente cordiale* com aquele país [Brasil], da qual a doutrina de Monroe será a base (...) É a intenção do Presidente delegar-

---

<sup>40</sup> Veja-se, a propósito, LINS, 1945, p.491-2.

<sup>41</sup> Carta de Graça Aranha a Nabuco, *apud* VIANA FILHO, Luiz. *A vida do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1959, p.355.

<sup>42</sup> NABUCO, Joaquim. *Discursos e conferências*. Trad. de Arthur Bomilcar. Rio de Janeiro: Benjamin Aguilã, s.d, p.142.

<sup>43</sup> Los triunfos del Brasil. *El Diario*, Buenos Aires, 4 dez.1906.

<sup>44</sup> Proyectos navales brasileños. *La Nación*, Buenos Aires, 19 jan. 1905.

<sup>45</sup> *Idem*.

lhe a política da doutrina de Monroe na América do Sul (...) Segundo um oficial brasileiro, aquele país estaria interessado em formular a doutrina de Monroe, com o conselho dos Estados Unidos, e desta maneira, ser o guardião autorizado das (...) repúblicas (...)”<sup>46</sup>

A conduta do Chanceler, logo após a assunção do seu posto, podia, de fato, levar a este tipo de interpretação. Geopolítico por excelência e, de certo modo, continuador da política exterior do Império, o que Rio Branco procurou, de fato, foi o exercício de um condomínio oligárquico de nações na América do Sul, com o respaldo dos Estados Unidos. Ao aproximar o Brasil das principais nações do segmento sul do continente, procurava, também, isolar forças e impedir que qualquer uma delas viesse a exercer liderança ou jogar a sua influência a favor de outras repúblicas de fala espanhola que mantinham pendências com o Brasil.

A presença de Rio Branco no Itamaraty recrudescera o espírito de rivalidade na Argentina, sobretudo na imprensa. Segundo o diário portenho *La Prensa* (um dos maiores expoentes da oposição à diplomacia brasileira), o Itamaraty, desde o momento em que passou a ser conduzido pelo segundo Rio Branco, apresentou radical mudança de orientação em relação à política que vinha seguindo desde o advento do regime republicano e teria por objetivo restaurar, como nos melhores tempos da Monarquia, a preeminência do Brasil na América do Sul. O jornal viu traços imperialistas no encaminhamento da solução do litígio com a Bolívia por causa do Acre. A política de Rio Branco exigia o respaldo de um poder militar. Assim, a reorganização naval brasileira em curso

---

<sup>46</sup> *Washington Post*, 26 mar. 1906, apud VALLA, Victor. *A penetração norte-americana na economia brasileira, 1900-1930*. Ministério da Aeronáutica (ITA - Departamento de Humanidades), 1972, mimeo., p.41-42. Conforme SMITH, Joseph. *Unequal giants; diplomatic relations between the United States and Brazil, 1889-1930*. University of Pittsburgh Press, 1991, p.54, o *Washington Evening Star*, de 23 mar. 1906, interpretou a viagem de Root de modo semelhante.

afigurava-se ao jornal como sinal de prepotência, na medida em que procurava resguardar as soluções adotadas ao nível da chancelaria. O reerguimento da esquadra no sentido de transformar o Brasil na primeira potência naval da América do Sul estaria em “harmonia com a índole da política revelada ou denunciada pelos procedimentos aplicados às questões do Acre e às doutrinas que servem de fundamento (...) de maneira que o braço forte deve responder ao pensamento maduro e resolutivo”.<sup>47</sup>

O alarmismo platino, que já via o Brasil se transformando em potência militar, aumentou com a elevação, em 1905, da legação brasileira em Washington à categoria de embaixada.<sup>48</sup> Este ato fugiu dos limites da rotina diplomática e adquiriu alcance político. Para o *La Prensa*, a criação da embaixada obedecia ao desejo do Brasil de “ocupar diplomaticamente nos Estados Unidos uma posição superior às demais repúblicas sul-americanas”. Junto com isso, o vizinho do norte, dizia, dava mostras de aspirar a primeira posição como potência militar da América do Sul e de, igualmente, ocupar o primeiro lugar na diplomacia sul-americana, ganhando a simpatia das nações menores do Prata.<sup>49</sup> O quadro que se prefigurava, segundo a ótica do *La Prensa*, era de um subsistema de poder, sob a liderança brasileira.

De fato, Rio Branco procurou não só captar a simpatia do Paraguai e do Uruguai, como também buscou a aproximação do Chile, a fim de tolher as iniciativas argentinas que pudessem influenciar os países que mantinham pendências com o Brasil e, em consequência, prejudicar as negociações bilaterais destinadas a solucionar os litígios de fronteira. Uma das táticas do chanceler consistia em neutralizar forças: “A estreita amizade entre o Brasil e o Chile tem

---

<sup>47</sup> El pensamiento del Brasil, *La Prensa*, Buenos Aires, 2 fev. 1905.

<sup>48</sup> AHI. Ofício de Buenos Aires, 27 jul. 1906 (Manuscrito de Rio Branco apostado a este ofício).

<sup>49</sup> El pensamiento del Brasil, *La Prensa*, 2 fev. 1905.

servido para conter suas [da Argentina] veleidades de intervenção no litígio chileno-peruano, no que tivemos com a Bolívia e no que ainda temos pendente com o Peru”.<sup>50</sup>

Rio Branco estava convencido de que contra o Brasil, do mesmo modo do que com respeito aos Estados Unidos, havia “na América Espanhola antigas prevenções que só o tempo poderá talvez modificar”.<sup>51</sup> Mesmo assim, sempre que tinha oportunidade, esforçava-se em desmanchar suspeitas. Por ocasião do encerramento da Terceira Conferência Internacional Americana (1906), falando a uma platéia constituída em sua esmagadora maioria de representantes hispano-americanos, frisou que o Brasil sempre procurou estreitar as

“boas relações com as nações do nosso continente e particularmente com as que são mais vizinhas (...) Nem população densa, nem dureza de vida material podem tornar o Brasil suspeito aos povos que ocupam este nosso continente da América” e que “o patriotismo brasileiro nada tem de agressivo”.<sup>52</sup>

Procurava, assim, dar demonstrações públicas de que a política exterior seguida pelo Brasil não incluía qualquer veleidade de hegemonia, como freqüentemente lhe imputavam as chancelarias hispano-americanas.<sup>53</sup>

A título de conclusão do que foi exposto até aqui sobre Rio Branco, cabe observar que a aproximação aos Estados Unidos vinha em compasso com o prestígio da doutrina Monroe, na forma que foi reinterpretada por Theodore Roosevelt. A amizade dos Estados Unidos, apesar do aparente paradoxo,

<sup>50</sup> AHI. Despacho para Washington, 31 mar. 1906. (Parte deste despacho encontra-se transcrita em COSTA, 1968, p.249-50).

<sup>51</sup> *Apud* LINS, Álvaro. *Rio-Branco*. 2a.ed. São Paulo: Nacional, 1965, p. 352.

<sup>52</sup> *Apud* LINS, 1945, v.2, p. 527, 764-6.

<sup>53</sup> AHI. Despacho para Washington, 14 out. 1907.

ampliava para o Brasil as margens dos seus movimentos no contexto sub-regional. Essa maneira pragmática de entender as relações Brasil-Estados Unidos não foi compreendida pelos sucessores imediatos de Rio Branco e, em consequência, a aproximação tomou outro significado, o do alinhamento automático, sem que se exigissem contrapartidas da potência hegemônica do norte.

## **O PERÍODO DE 1945 A 1964**

Preliminarmente, é preciso observar que ao longo do período 1945-64, salvo parte da gestão João Goulart e outros momentos específicos, Brasil e Estados Unidos mantiveram a tradicional política de amizade e aproximação. Os desentendimentos conjunturais não podem encobrir o fato de que as relações que o Brasil entretive com os Estados Unidos foram, sem dúvida, as mais importantes no conjunto da sua política exterior. Os norte-americanos continuaram sendo os principais parceiros comerciais e os maiores fornecedores de investimentos para o País, que ficava, assim, numa posição vulnerável naquelas relações. A influência cultural dos Estados Unidos e a identidade de instituições facilitaram, ainda mais, a aproximação.

Outro dado importante de caráter geral a reter é o referente à cooperação econômica. As reivindicações do Brasil decorrentes de sua necessidade de desenvolvimento foram os principais itens na agenda das relações bilaterais com os Estados Unidos durante o período considerado. A insistência na necessidade da ajuda norte-americana não foi inaugurada na segunda gestão de Vargas; é observada já na gestão Dutra. Há, neste aspecto, continuidade durante todo esse período. As diferenças, de um momento para outro, estão na ênfase, no

aproveitamento das oportunidades propiciadas pelo quadro mundial e no grau de envolvimento da opinião interna.

### **Dutra e o alinhamento na guerra fria**

Aliado dos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial, o Brasil a eles permaneceu alinhado diplomaticamente após o término do conflito. Durante toda a gestão do Presidente Dutra (1946-50), que teve Raul Fernandes como chanceler, o alinhamento (neste incluído o anti-sovietismo) à potência do norte, no contexto da guerra fria, foi incondicional<sup>54</sup> e diferiu, em conteúdo, daquele levado a efeito por Vargas na fase final da guerra. Enquanto o ditador pôde usar o alinhamento como estratégia com vistas a ulteriores objetivos de sua política, o governo do Marechal Dutra adotou-o até por falta de alternativas num concerto internacional definido pela primazia econômica norte-americana. Não se pode também desconsiderar a influência dos funcionários do Ministério - imbuídos de liberalismo, juridicidade e voltados para o Ocidente - sobre o primeiro mandatário, que, à diferença de Vargas, não centralizava as decisões. Demais, o Congresso retomou a prerrogativa - que já constara da primeira carta republicana - de resolver, em definitivo, as questões internacionais, o que contribuiu, também, para provocar alterações no processo decisório.<sup>55</sup>

Nas conferências de paz e no seio da ONU, a orientação do Brasil à época de Dutra e Raul Fernandes era a de acompanhar de modo especial o voto dos Estados Unidos, e, de modo geral, o das demais potências ocidentais.

---

<sup>54</sup> BANDEIRA, Moniz. *Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1988)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989, p. 28. MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil. a penetração cultural americana*. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.76-7.

<sup>55</sup> MOURA, Gerson. As razões do alinhamento: a política externa brasileira no após-guerra (1945-1950). *Revista brasileira de política internacional*, Rio de Janeiro, 27 (109-110):37-50, 1985, p.36-40; MOURA, Gerson. *O alinhamento sem recompensa: a política externa do governo Dutra*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1990. (mimeo), p.21-3, 26, 105.

Embora motivado basicamente por razões internas, o rompimento de relações diplomáticas com a União Soviética (estas haviam sido restabelecidas próximo do final da guerra, em abril de 1945) em outubro de 1947, ilustra o anti-sovietismo e a opção pelo Ocidente do governo Dutra.<sup>56</sup>

Como continuidade da aliança havida durante a Segunda Guerra, ao término desta houve entre Brasil e Estados Unidos ampla cooperação militar, não obstante certas diferenças decorrentes da intenção brasileira de rever aspectos do acordo, firmado durante o conflito, para uso pelos norte-americanos das bases aéreas situadas em solo brasileiro.<sup>57</sup>

Para realçar ainda mais a amizade e o entendimento político então existente entre as nações, cabe mencionar a visita do Presidente Truman ao Brasil em 1947.

### **Relações econômicas**

A hegemonia econômica norte-americana sobre o Brasil e os países da América espanhola no imediato pós-guerra é incontestável. O fim do Estado Novo e a conseqüente redemocratização, a contribuição do País para o esforço de guerra (participando, inclusive, das ações militares), mais o fato de ter colaborado com os EUA na sua política exterior para a América Latina, levaram as autoridades do Brasil a prever o início de um novo momento nas "relações especiais" mantidas com o aliado do Norte.<sup>58</sup> A ilusão do "aliado especial" fazia

---

<sup>56</sup> MOURA, 1990, p.82-9; MOURA, Gerson. *Sucessos e ilusões*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991, p. 90-1; OLIVEIRA, Antonio Camillo de. Raul Fernandes, diplomata. In BRASIL. Ministério das Relações Exteriores - *Raul Fernandes*. 1968, v.2, p.130-1; CARVALHO, Antonio Gontijo de. *Raul Fernandes: um servidor do Brasil*. Rio de Janeiro: Agir, 1956, p.340-2; MONETA, Carlos Juan. La política exterior del Brasil. In: PUIG, Juan Carlos e outros. *De la dependencia a la liberacion; política exterior de América Latina*. Buenos Aires, Ediciones La Bastilha, 1973, p.109-10.

<sup>57</sup> MOURA, 1990, p.64-71.

<sup>58</sup> Cf. MALAN, Pedro Sampaio. Relações econômicas internacionais do Brasil (1945-1964). In FAUSTO, Bóris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. 2.e., São Paulo: Difel, 1986, t.3, v.4, p.58-60; MOURA, 1990,

com que se alimentasse a expectativa de que o País iria receber ampla cooperação econômica, no contexto da qual viriam os capitais necessários à promoção do desenvolvimento. Tal colaboração era vista até mesmo como uma “obrigação moral” dos Estados Unidos para com o aliado que com eles colaborou tanto no conflito quanto na organização da paz.<sup>59</sup>

Nesse aspecto, houve decepção. Logo após o término da guerra, os EUA deram mais atenção a outras áreas do planeta em razão do expansionismo soviético, deixando a América de fala espanhola e o Brasil em um plano secundário, já que não punham em risco a ordem internacional. Para o Brasil a frustração foi ainda maior não só porque prestara colaboração efetiva durante o conflito como também pela identidade de vistas do governo Dutra com os EUA a respeito de várias questões mundiais. A potência hemisférica, todavia, não dispensou, no pós-guerra, um tratamento especial ao Brasil de modo a diferenciá-lo dos demais países latino-americanos, da Argentina especialmente, que fora, aliás, simpatizante do Eixo. Um interesse maior dos Estados Unidos pela América Latina - esta vista por eles como naturalmente reservada à sua órbita de influência - só seria despertado mais tarde, por ocasião da Operação Pan-Americana (OPA) do Presidente Juscelino Kubitschek e, sobretudo, após a revolução cubana.<sup>60</sup>

---

p.64.

<sup>59</sup> MOURA, Gerson. *Brazilian Foreign Relations, 1939-1950*. Londres: University College, 1982, (Tese-Ph.D.), p.251-2; MOURA, 1990, p.90; CERVO, Amado Luiz. *Le Brésil face aux Etats-Unis dans le second après-guerre*. International Conference on Minor Powers-Major Powers. Commission of History of International Relations. Tübingen, 11-13 abr. 1991.

<sup>60</sup> GORDON, Lincoln. *Relações dos Estados Unidos com a América Latina, especialmente o Brasil*. *Revista brasileira de política internacional*, Rio de Janeiro, (15):13-30, set. 1961, p. 13-14; BANDEIRA, 1989, p. 30; WEISS, Michael. *A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e o mito da "relação especial"*. *Revista Brasileira de política internacional*, Rio de Janeiro, 29 (115-116):57-82, 1986/2, p. 58-59; CERVO, 1991; VIANNA, Sérgio Basserman. *Política econômica externa e industrialização: 1946-1951*. In: ABREU, 1989, p.117. LOWENTHAL, Abraham F. *Política de Estados Unidos hacia América Latina: perspectivas "liberal", "radical" y "burocrática"*. In: COTLER, J. & FAGEN, R. (org.) *Relaciones políticas entre América Latina y Estados Unidos*. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1974, p.237-262, p.242. Os Estados Unidos já ao final do segundo conflito mundial e no imediato pós-guerra tinham na Europa e na expansão comunista os principais focos de preocupações. Não obstante a América Latina ocupar então posição marginal na política global norte-

Item importante dos interesses dos Estados Unidos à época era o relativo à obtenção de contratos para a exploração de petróleo e outros recursos minerais. Seja em decorrência de concepções liberais, seja pela atuação de *lobby* da Standard Oil, os constituintes de 1946 escreveram na Carta que a exploração dos recursos minerais e hidráulicos seriam objeto de concessão federal a brasileiros ou a sociedades organizadas no Brasil, sem especificar a origem do capital, isto é, se nacional ou estrangeira.<sup>61</sup>

No referente ao comércio bilateral, os Estados Unidos mantiveram a tradição de serem o principal parceiro do Brasil, absorvendo-lhe, na média, quase a metade do total das suas exportações no período de 1946-50. Mais precisamente: 1946=42,2%; 1947=38,8%; 1948=43,3%; 1949=50,2%; 1950=54,5%. Nas importações brasileiras, os norte-americanos ocuparam, no mesmo período, um privilegiado primeiro lugar, com os seguintes percentuais: 1946=58,2%; 1947=61,3%; 1948=51,8%; 1949=42,5%; 1950=34,5%.

Afora a relevância do volume do comércio entre os dois países, cumpre observar o interesse norte-americano na importação de minerais estratégicos brasileiros, v.g., areias monazíticas, tório e manganês. Neste sentido, cabe mencionar o acordo administrativo de 26 de novembro de 1948 para a pesquisa, por técnicos dos dois países, dos recursos geológicos do Brasil.<sup>62</sup>

Além de os EUA, depois da guerra, destinarem à América Latina uma

---

americana, são aquelas preocupações que, em parte, explicam o fato de - embora de maneira descontinuada, que refletia alterações na cúpula do poder - terem desenvolvido uma política de aproximação com a Argentina naquele momento. Isto seria decorrente do interesse norte-americano nos fornecimentos alimentícios do país platino para a Europa devastada e de razões ligadas ao comércio e investimentos, à formação da ONU, à guerra fria e à defesa continental. (MAY, Ernest R. Un caso ilustrativo del enfoque de la "política burocrática": las relaciones entre Estados Unidos y la Argentina en el período 1942-1947, P.149-96. In: COTLER, J. & FAGEN, R. (org.), cit., p.149-184).

<sup>61</sup>MOURA, 1990, p. 74-75; MOURA, 1991, p.68; VICTOR, Mário. *A batalha do petróleo brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970, p.177-182.

<sup>62</sup>MOURA, 1990, p. 76-78; GUILHERME, Olympio. *O Brasil e a era atômica*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1957, p. 102-103, 275-279; MALAN, Pedro S. e outros. *Política econômica externa e industrialização no Brasil (1939/52)*. Rio de Janeiro: Instituto de Planejamento Econômico e Social/Instituto de Pesquisas, 1977, p.133, 139; Brasil-IBGE, *Anuário estatístico do Brasil*, 1960, 1962, 1965.

ínfima parte do montante total de seus empréstimos e doações, os investimentos mantiveram, como no início da década, o seu caráter "colonial", vale dizer, destinavam-se a aumentar a produção de matérias-primas de que carecia o mercado norte-americano. As fábricas implantadas na área em questão eram as que requeriam importações dos Estados Unidos.<sup>63</sup>

A identidade de vistas que havia entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos nos aspectos político e ideológico não tinha tradução no que dizia respeito à cooperação econômica, inclusive porque as autoridades dos dois países possuíam, no imediato pós-guerra, concepções diferentes a respeito dos empréstimos e financiamentos.

### **O segundo governo Vargas e a pressão nacionalista**

Na década de cinquenta houve no Brasil um agravamento da urgência do desenvolvimento para atender ao seu rápido crescimento populacional que acrescentava enorme contingente à massa marginalizada dos processos produtivos. Para atender a essa necessidade, dentro dos quadros institucionais vigentes, carecia o País de vultosas somas de capital, que só poderiam ser fornecidas satisfatoriamente pelos Estados Unidos, ex-aliado e o país mais rico do planeta após a Segunda Guerra.

Os Estados Unidos, todavia, continuavam voltados para outras áreas do mundo, desenvolvendo uma política de contenção do expansionismo comunista. O Brasil - como o resto da América Latina - não oferecia nesse aspecto preocupação aos norte-americanos, ficando, portanto, à margem da cooperação financeira internacional por eles desenvolvida. O quadro mundial, identificado

---

<sup>63</sup>MONBEIG, Pierre. Os investimentos norte-americanos e a evolução econômica da América Latina. Trad. de Olga Buarque de Lima. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, (534):89-100, jan. 1959, p. 93-95.

pela primazia econômica norte-americana, diferentemente do que ocorrera durante o conflito, retirava do Brasil seu poder de barganha.

Na eleição que guindou Vargas novamente ao poder, realizada em outubro de 1950, e no decorrer de sua gestão (1951-54), exacerbou-se o processo de polarização de tendências na opinião nacional e nas forças armadas. O embate deu-se entre os nacionalistas e os rotulados de "entreguistas" pelo fato de terem uma concepção mais liberal a respeito da participação do capital estrangeiro na economia nacional. Já durante a campanha, o discurso de Vargas fazia prefigurar alterações na política externa brasileira. O populismo, o nacionalismo e o antiimperialismo tornam-se, aliás, categorias cada vez mais presentes no discurso político dessa época. Assim, as questões relativas ao aproveitamento dos minerais estratégicos (especialmente o petróleo) e à entrada do capital estrangeiro foram postas na ordem do dia. A maré montante nacionalista pressionou, com intensidade crescente, o poder executivo, cobrando-lhe a adoção de medidas concretas.<sup>64</sup>

Tal postura reivindicatória representou um marco, pois foi mantida nas gestões subseqüentes à de Vargas e adquiriu mais contundência na Operação Pan-Americana (OPA) de Juscelino Kubitschek e na Política Externa Independente de Quadros e Goulart. O chanceler de Vargas, João Neves da Fontoura, lançou o argumento que seria retomado pela OPA: a miséria das massas criava uma situação de risco para a democracia no continente. Enquanto os Estados Unidos, em face dos conflitos da guerra fria, estavam mais preocupados com a defesa do hemisfério (pediram, até, a colaboração militar brasileira na Guerra da Coréia), o Brasil enxergava no desenvolvimento da América Latina um meio de se evitar a agressão interna, vale dizer, a revolução.

---

<sup>64</sup>D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *O segundo governo Vargas; 1951-1954*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 131-161, 96-101.

Impunha-se, portanto, em primeiro lugar, fortalecer as economias dos países integrantes daquela. Estes, bem como os da África e da Ásia, vinham recebendo poucos recursos dos Estados Unidos em razão do Plano Marshall, que favorecia a Europa.<sup>65</sup>

No final do governo Dutra, a frustração brasileira a respeito da cooperação evoluíra para uma atitude que pedia do ex-aliado medidas concretas de ajuda econômica. No governo Vargas adquiriu um tom reivindicatório, consentâneo com o agravamento das necessidades nacionais.

### **Comissão Mista Brasil-Estados Unidos**

Um dos resultados das reivindicações brasileiras foi a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Instalada no Rio de Janeiro em 19 de julho de 1951, a Comissão integrou técnicos e economistas dos dois países e ficou encarregada de formular projetos para serem submetidos à apreciação de instituições financeiras, como o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e o Banco de Exportação e Importação.

Estando já em funcionamento a Comissão Mista, Vargas tomou duas iniciativas - reflexos das ambigüidades existentes no seu próprio governo - de caráter nacionalista: o envio ao Congresso, em dezembro de 1951, da mensagem sobre a criação da Petrobrás e o decreto de janeiro de 1952, sobre a regulamentação da remessa de lucros pelas empresas estrangeiras. Pelo decreto, só podia retornar o capital que efetivamente tivesse entrado no país, de conformidade com o que fora registrado na Carteira de Câmbio do Banco do Brasil. Mais pelo decreto do que pela mensagem da Petrobrás (que tinha brechas à participação do capital privado), os norte-americanos entenderam que Getúlio

---

<sup>65</sup>D'ARAÚJO, 1982, p. 138-141; BANDEIRA, 1989, p. 29-30.

estava fazendo concessões à esquerda nacionalista. As dificuldades causadas aos trabalhos da Comissão Mista e às relações bilaterais foram, todavia, contornadas por ocasião da visita do Secretário de Estado Dean Acheson ao Brasil, em julho de 1952. A Comissão, presidida por Horácio Lafer, fez estudos sobre a cooperação econômica entre Brasil-Estados Unidos e aprovou 41 projetos relativos, principalmente, a transportes e energia, financiados na sua maior parte pelo Eximbank e BIRD. Houve também participação de capitais europeus. O Brasil, como contrapartida da ajuda econômica, deveria fornecer minerais estratégicos aos Estados Unidos.

Uma das críticas feitas à época no Congresso Nacional era a de que boa parte dos empréstimos do BIRD e do Eximbank foram para subsidiárias norte-americanas e que, além disso, se exigia, como contrapartida, a aquisição de produtos provenientes dos Estados Unidos. Falou-se até em corrupção. As empresas estrangeiras ligadas a grupos brasileiros foram as mais favorecidas pela Comissão Mista. Com efeito, só à Brazilian Traction Light & Power Co. Ltd., com sede em Toronto, coube US\$60 milhões do total de US\$387 milhões de financiamento.

Com a eleição de Eisenhower e a volta dos republicanos, a Comissão Mista, que já apresentava falhas de funcionamento, desapareceu em razão da mudança de critérios da nova administração a respeito da questão. A Comissão foi extinta, unilateralmente, em junho de 1953. Em dezembro, os seus trabalhos foram concluídos, sepultando de vez o mito do relacionamento especial.<sup>66</sup>

---

<sup>66</sup>Relatório, 1951, p. 17-19; MALAN, Pedro S. e outros. Política econômica externa e industrialização (1939/52) Rio de Janeiro: Instituto de Planejamento Econômico e Social/Instituto de Pesquisas, 1977, p. 33; MALAN, Pedro Sampaio. Relações econômicas internacionais do Brasil (1945-1964). In: FAUSTO, Bóris (org.) *História geral da civilização brasileira*. 2.ed., São Paulo: Difel, 1986, t.3, v.4, p.66-70; D'ARAÚJO, 1982, p. 132, 141-148; BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973, p. 344; Id., 1989, p. 31-32; WEISS, 1986/2, p. 57-58, 61-62, 66-69, 75-76; SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, p. 125; VIANNA, Sérgio Besserman. Duas tentativas de estabilização: 1951-1954, p.133. In ABREU, Marcelo de Paiva, 1989, p. 123-150. Vianna é categórico ao afirmar que "As causas que determinaram o encerramento

A comissão, do ponto de vista técnico, apresentou resultados positivos. Estudos por ela elaborados foram, inclusive, incorporados, mais tarde, ao plano de metas de JK. Não apresentou, todavia, os mesmos resultados se vista como instrumento político destinado a melhorar as relações bilaterais, como era aliás intenção dos Estados Unidos.

### **O acordo militar e os minerais atômicos**

No final de 1951, por iniciativa do governo norte-americano, foram iniciadas conversações que culminaram com a assinatura, no Rio de Janeiro, em 15 de março de 1952, de um "acordo de assistência militar recíproca", com vistas à defesa do Ocidente. Elaborado no contexto da Guerra da Coreia, o acordo situava-se numa nova estratégia dos EUA em relação à América Latina. Os norte-americanos ficariam, na hipótese de agressão externa, com o controle do fornecimento de armas, financiamento e treinamento para os países situados na área considerada. A contrapartida era o fornecimento de matérias-primas estratégicas. A assistência militar colocava o Brasil na dependência dos Estados Unidos no referente a aquisição de equipamentos e no treinamento para o seu uso.<sup>67</sup>

A lei de criação da Petrobrás, o acordo militar e as discussões que a eventual participação do Brasil na Guerra da Coreia deram lugar foram, inclusive, associados ao processo de perda de sustentação do governo Vargas. A divisão de opiniões que existia no público, no Congresso Nacional e nas forças

---

da CMBEU [Comissão Mista Brasil-Estados Unidos] e a interrupção do financiamento de seus projetos não devem ser buscados numa suposta virada nacionalista do governo [Vargas]". (p. 132).

<sup>67</sup>Cf. BRIGAGÃO, Clóvis. Cancelamento do Acordo de Assistência Militar Brasil-Estados Unidos. *Revista brasileira de política internacional*. 21(81-84):103-109, Rio de Janeiro, 1978, p. 105-107. Para uma crítica ultra nacionalista, feita à época, veja-se GUILHERME, Olympio. *O Brasil e a era atômica*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1957, p. 123-138. Segundo este autor, o acordo alienaria a independência política do país, "em termos humilhantes para os brios nacionais".

armadas, manifestou-se no próprio governo. A contribuição brasileira, naquela conjuntura, ficou, afinal, no fornecimento de minerais estratégicos, mesmo porque o Brasil não estava preparado econômica e militarmente para um conflito. E cuidar da sua segurança interna pela via do desenvolvimento era, também, uma forma de o Brasil colaborar com o mundo livre.<sup>68</sup>

Em 21 de fevereiro de 1952 o governo fez acordo com os Estados Unidos para a venda de minerais atômicos mediante promessa de financiamento. O acordo militar, então em processo de negociação entre os dois países, também contribuiu para a aceitação, por parte do Brasil, do ajuste, segundo o qual seriam fornecidas, no prazo de três anos, 7.500 toneladas de monazita e igual quantidade de sais de cério e terras raras. A exportação dos minerais atômicos foi feita sem as então chamadas "compensações específicas", que consistiam na transferência de técnicas e aquisição facilitada de equipamentos com vistas ao desenvolvimento do uso industrial da energia atômica.

Acordo da mesma natureza fez o Brasil com os Estados Unidos em 20 de agosto de 1954, para a exportação de tório em troca de trigo. Ao invés de compensações específicas, o acordo, como o anterior, tomou feição de simples transação comercial.

Com referência à política atômica, percebe-se que não havia união de vistas entre parte das forças armadas e o Executivo, especialmente no tempo que João Neves da Fontoura ocupou a pasta do exterior, pois este tinha posições favoráveis à aproximação dos Estados Unidos. Houve também momentos de distonia entre o CNPq, criado em 1951, e a Comissão de Energia Atômica do Itamaraty. Assim, o intenso debate sobre o aproveitamento dos minerais atômicos, refletia-se no próprio governo e no Congresso Nacional. Com a ascensão de Café Filho, acentuar-se-ia a diferença no modo de ver a questão

---

<sup>68</sup> Cf. D'ARAÚJO, 1982, p. 148-159.

atômica entre o CNPq e o Itamaraty.<sup>69</sup>

Não há como não concluir que - como ocorreu no Acordo Militar, que colocava o Brasil numa posição dependente dos EUA em termos de armamentos - a aproximação dos Estados Unidos deixaria o Brasil dependente, também, no referente ao aproveitamento dos minerais atômicos. Acrescente-se a isso a deterioração dos termos de troca no comércio entre os dois países, a preeminência dos investimentos norte-americanos em relação aos de outras procedências e a forte presença cultural dos Estados Unidos e ter-se-á noção do teor do discurso antinorteamericano da década de cinqüenta.

### **Fim do governo Vargas e a pressão norte-americana**

Na crise política que culminou com o suicídio de Vargas - embora a lei 2.004, de 1953, que criou a Petrobrás, tenha sido resultado da junção de forças de segmentos nacionalistas e não exclusivamente de um posicionamento pessoal de Vargas - não tem faltado quem aponte a pressão norte-americana, juntamente com a de grupos nacionais, decorrente da decretação do monopólio estatal do petróleo, como um dos seus componentes. O teor da Carta-testamento reforça os argumentos de tais análises.

Com efeito, além da lei 2004, havia outros motivos para o descontentamento dos investidores estrangeiros, especialmente os norte-americanos. Decreto-lei de Vargas, de 5 de janeiro de 1954, limitou em até 10% ao ano, do capital inicial investido, as remessas de lucros para o exterior. Embora a lei não confrontasse o país com o Gatt e o FMI, houve protesto do Departamento de Estado. Foi sugerida pelo Conselho Americano de Câmaras de

---

<sup>69</sup> GUILHERME, 1957, passim; TÁVORA, Juarez. *Átomos para o Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958, p. 40, 158, 213-230, 261-263; BANDEIRA, 1989, p. 38; HIRST, Mônica. *O pragmatismo impossível; política*

Comércio a suspensão de empréstimos ao Brasil. Ainda nessa linha, cabe mencionar o envio por Vargas, em abril de 1954, ao Congresso Nacional, da lei que pedia a criação da Eletrobrás.<sup>70</sup>

A crise política interna passou a ter nas relações exteriores, fundamentalmente aquelas referentes aos Estados Unidos, um importante componente, pois essas integravam a visão dos segmentos preocupados, de uma forma ou de outra, com o desenvolvimento nacional. Se é fácil vislumbrar a pressão do capital estrangeiro e dos grupos nacionais que com ele se identificavam, o mesmo não se pode dizer a respeito do governo dos Estados Unidos e o fim do governo Vargas. BANDEIRA é taxativo ao afirmar que inexistem provas sobre a participação oficial, direta ou indiretamente, norte-americana na desestabilização de Vargas. A questão fica no terreno da suspeita.<sup>71</sup>

### **O hiato Café Filho**

Quando o vice-presidente João Café Filho assumiu a presidência da República, ascenderam ao poder pessoas que integravam uma tendência simpática ao capital estrangeiro, o que tornava mais fácil o relacionamento com os Estados Unidos. Tanto é assim que logo após a inauguração do novo governo, o ministro da Fazenda Eugênio Gudin visitou aquele país, onde negociou um empréstimo de 200 milhões de dólares com bancos americanos. Continuava a prevalecer na administração norte-americana a concepção de que os países carentes de financiamento para o desenvolvimento deveriam buscá-lo junto à iniciativa privada.<sup>72</sup>

---

*externa do segundo governo Vargas (1951-1954)*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1990, (mimeo.), p. 11.

<sup>70</sup>Cf. BANDEIRA, 1989, p. 40; Id., 1973, p. 346.

<sup>71</sup>BANDEIRA, 1989, p. 41.

<sup>72</sup>Cf. BANDEIRA, 1973, p. 365-366; PINHO NETO, Demóstenes Madureira de. O interregno Café Filho: 1954-

O governo Café Filho significou um hiato, em termos de política exterior, sobretudo no que tange às relações com os Estados Unidos, pois houve sustação da tendência observada no período Vargas e um retorno ao período Dutra. No referente à política atômica, por exemplo, o CNPq foi esvaziado de suas funções de negociador no exterior, passando estas ao Itamaraty, comandado por Raul Fernandes, ex-chanceler do Presidente Dutra. Juarez Távora, Chefe da Casa Militar, tinha nesse aspecto, uma política favorável à aproximação com os Estados Unidos, mesmo porque entendia não haver outra alternativa. Tanto o CNPq quanto o Conselho de Segurança Nacional esposavam posições diferentes daquela do Itamaraty no campo da energia atômica. De igual modo, o EMFA (Estado Maior das Forças Armadas) criticava o convênio firmado com os Estados Unidos por não ter sido consultado e porque comprometiam, com a exportação, as reservas de tório e urânio que fossem descobertas. A diferença entre os militares e o Itamaraty residia nas mencionadas compensações específicas pelo fornecimento de minerais radioativos.<sup>73</sup>

### **JK e a Operação Pan-Americana (1956-60)**

No período que se abre com a posse de Juscelino Kubitschek (31 de janeiro de 1956) e se prolonga até o fim do governo João Goulart (março de 1964), a política exterior do Brasil acentuou seu papel de promotora do desenvolvimento econômico, o que o levou a denunciar nos fóruns internacionais a deterioração dos termos de troca, a criticar a estrutura do comércio internacional, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a deslocar o debate

---

1955, p.153. In ABREU, Marcelo de Paiva (org.) *A ordem do progresso*. Rio de Janeiro: Campus, 1989, p. 151-169.

<sup>73</sup>Cf. BANDEIRA, 1989, p. 76-78. Sobre os estudos de 1955 a respeito da participação do Brasil no "Programa Átomos para a Paz", de Eisenhower (versão de um adepto de Raul Fernandes), veja-se OLIVEIRA, 1968, p.

Leste-Oeste para Norte-Sul.<sup>74</sup>

Juscelino promoveu a vinda de capitais europeus, principalmente alemães, a fim de atingir as suas metas de industrialização. Para se contraporem à presença do capital europeu, os norte-americanos, a partir de 1956, passaram a fazer mais investimentos em áreas de risco, superando, assim, anteriores prevenções.<sup>75</sup>

No referente à política atômica, houve importantes modificações em relação à que fora observada durante a gestão Café Filho. Sob pressão dos nacionalistas, nestes incluídos os militares, o governo Kubitschek fixou novas diretrizes para essa política, decidindo anular o Programa Conjunto para reconhecimento dos recursos de urânio do Brasil, assinado com os Estados Unidos em 3 de agosto de 1955, pois comprometia as reservas do mineral sem vantagens para o Brasil em termos de compensações específicas. Com efeito, em 30 de agosto de 1956, o governo deu a público a adoção das "novas diretrizes para a política brasileira de energia atômica", no contexto das quais, além da denúncia do programa citado, informava que decidira "cancelar a exportação das trezentas toneladas de óxido de tório, que foram objeto de contrato em 1956". No dia seguinte (31-8-1956) foi criado por decreto federal o Instituto de Energia Atômica, decorrente de convênio firmado entre o CNPq e a Universidade de São Paulo.<sup>76</sup>

Não obstante o retorno às posições do Conselho de Segurança Nacional do tempo de Vargas, a política atômica sofreu, logo depois, ligeiro recuo. Em 31 de

---

149-153.

<sup>74</sup> FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Notas sobre a política externa brasileira dos anos 50-70. *Estudos Afro-asiáticos*, Rio de Janeiro, 10:5-29, jun. 1984, p. 19-23.

<sup>75</sup> Cf. BANDEIRA, 1989, p. 84.

<sup>76</sup> O texto integral da nota do governo, bem como do Decreto 39.872 que criou o Instituto de Energia Atômica, estão em Guilherme, 1957, p. 313-315 (apêndice). Juarez Távora informa que o reator foi para São Paulo em decorrência do acordo de 1955. Também segundo Távora, as novas diretrizes da política atômica definidas pelo governo JK em 30-8-1956, não alteraram a essência da política anterior. (TÁVORA, 1958, p. 284-285, 289-311, 309).

dezembro de 1956 o governo autorizou a exportação de 150 toneladas de monazita para os Estados Unidos em troca de 600 toneladas de trigo. Segundo BANDEIRA (1989), JK assim procedeu para suavizar as relações com os EUA e não "aumentar as desconfianças dos conservadores contra o seu governo".<sup>77</sup> Em 31 de julho de 1957, Brasil e Estados Unidos assinaram, em Washington, o acordo de cooperação para usos civis da energia atômica, substituindo o anterior assinado no Rio de Janeiro em 3 de agosto de 1955, até então em vigor.<sup>78</sup>

Horácio Lafer, que ocupou a chancelaria de JK de 4 de agosto de 1959 a 31 de janeiro de 1961 (ocuparam-na antes dele, Macedo Soares e Negrão de Lima) tinha restrições políticas a respeito da União Soviética e era contrário a sua ingerência nos negócios da América Latina. Atento, todavia, às necessidades brasileiras de exportação, não teve o fator ideológico como obstáculo para a ampliação do leque de opções brasileiras para a venda de mercadorias no exterior. Assim, promoveu o restabelecimento de relações comerciais com a URSS. Autorizou, nesse sentido, a ida da Missão Comercial brasileira a Moscou, do que resultou a assinatura dos "Termos de Entendimento entre a Delegação Comercial Brasileira e a Delegação Comercial Soviética sobre Problemas de Comércio e Pagamentos", em 9 de dezembro de 1959. As relações diplomáticas interrompidas em 1947, não foram, todavia, restabelecidas, inclusive em razão da esperada reação interna.

À época, e mesmo em análise recente, o restabelecimento de relações comerciais com a URSS foi visto como um meio utilizado por JK para sensibilizar os Estados Unidos em relação às formulações da Operação Pan-Americana, lançada no ano anterior, pois uma abertura para o leste poderia trazer a presença econômica soviética na América Latina. De qualquer forma, o

---

<sup>77</sup>Cf. BANDEIRA, 1989, p. 81-82.

<sup>78</sup>RBPI, Rio de Janeiro, 1 (2):266-273, 1958.

reatamento comercial não foi suficiente para quebrar a resistência norte-americana em transferir capitais públicos destinados à industrialização.<sup>79</sup>

## A Operação Pan-americana

As relações entre os Estados Unidos e a América Latina, na segunda metade da década de cinquenta, encontravam-se numa fase crítica,<sup>80</sup> observando-se o recrudescimento do nacionalismo e do antiamericanismo, que convergiam na denúncia do imperialismo ianque. Nacionalistas no Brasil vislumbravam na atuação internacional dos Estados Unidos riscos de cerceamento da "capacidade de autodeterminação" do País.<sup>81</sup> Os incidentes de Lima e Caracas ocorridos durante a visita do então Vice-Presidente Nixon ao segmento sul do continente, em 1958, evidenciaram o nível que estava atingindo o sentimento antiamericano.

Foi nesse contexto que o Presidente Juscelino Kubitschek lançou a Operação Pan-americana, na qual pôs em causa os termos do relacionamento dos Estados Unidos com a América Latina. A idéia central da proposta enfatizava a necessidade da cooperação econômica dos Estados Unidos para colocá-la em compasso com a solidariedade política que eles recebiam da América Latina. Era preciso, enfim, dar uma tradução econômica para o pan-americanismo, já que o problema maior dos países da América Latina era o subdesenvolvimento. Nações pobres e atrasadas eram presas fáceis das ideologias antidemocráticas. Daí a necessidade do desenvolvimento, que seria um obstáculo à penetração de tais ideologias.<sup>82</sup>

No plano das realizações concretas, aponta-se normalmente como único

---

<sup>79</sup>BANDEIRA, 1989, p. 88-90.

<sup>80</sup>LEITE, Cleantho. Livros. *Revista brasileira de política internacional*, Rio de Janeiro, 10:160-163, 1960.

<sup>81</sup>JAGUARIBE, Hélio. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros (MEC), 1958, p. 232.

resultado da OPA, a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Não obstante a criação de um organismo regional de financiamento fosse reivindicação antiga dos países latino-americanos, o governo norte-americano só aderiu à idéia em 12 de agosto de 1958, quando fizeram comunicação nesse sentido ao Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES) da OEA, no contexto da OPA, portanto.<sup>83</sup>

A Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC) e, sobretudo, a Aliança para o Progresso proposta em 1961 pelo Presidente Kennedy são consideradas respostas às idéias colocadas pela OPA. É necessário, todavia, observar que entre a proposta de Kubitschek e a Aliança há um intervalo no qual surgiram dados novos nas relações do hemisfério, especialmente a derivação do regime cubano de Fidel Castro para a órbita soviética.

### **Dificuldades comerciais e ruptura com o FMI**

Além das dificuldades na balança de comércio, as relações do Brasil ficaram difíceis em 1959. Crescia a pressão nacionalista. No hemisfério havia um complicador a mais: Fidel Castro, vitorioso em janeiro, inclinava-se para a esquerda. Em 13 de maio, Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, desapropriou a Companhia de Energia Elétrica Riograndense, subsidiária da Bond & Share, norte-americana. Juscelino Kubitschek autorizara Brizola. No mês seguinte, junho de 1959, o Brasil rompeu os entendimentos com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Para sustentar os investimentos estatais constantes de seu projeto

---

<sup>82</sup>LAFER, 1982, p. 179-180; CERVO, 1991.

<sup>83</sup>MALAN, 1986, p. 89; LEITE, Cleantho. Banco Interamericano de Desenvolvimento. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Rio de Janeiro, 6:26:43, 1959, p. 32. Veja-se ainda Discurso do Presidente Juscelino Kubitschek de 14.4.1959.

desenvolvimentista, Kubitschek teve que lançar mão do emissionismo, gerador de inflação. Os técnicos do FMI e as autoridades norte-americanas, conseqüentemente, passaram a exigir do governo brasileiro um plano de estabilização como condição para a liberação de financiamentos. Um plano dessa natureza, nos moldes do organismo internacional, impunha ao governo a adoção de medidas tais, que se aplicadas, trariam elevado custo econômico social. Não se chegando a acordo, JK suspendeu as negociações com o Fundo, conforme informou à Câmara dos Deputados.<sup>84</sup>

O rompimento com o FMI teve amplo respaldo interno dos nacionalistas, que viam o organismo internacional como uma agência e instrumento da política exterior norte-americana (os EUA eram o maior cotista do FMI), não destinada ao desenvolvimento, mas à manutenção do atraso dos países que a ela recorressem. Ao defender o recuo do Estado na economia, o FMI favorecia ao capitalismo norte-americano, pois, os países atrasados, não dispendo de capitais suficientes para promover o desenvolvimento, teriam que recorrer à iniciativa privada, vale dizer, aos capitais norte-americanos. Além disso, as normas do FMI para as concessões de empréstimos (como por exemplo a do desenvolvimento equilibrado) cerceavam o surgimento de indústrias que pudessem competir com as norte-americanas e mantinham no subdesenvolvimento o país tomador de recursos.<sup>85</sup>

A aproximação de Cuba à União Soviética produziu reflexos positivos nas relações Brasil-Estados Unidos. A visita do Presidente Eisenhower, de 23 a 26 de fevereiro de 1960 (do Brasil foi para a Argentina, Chile e Uruguai), assinala uma nova disposição norte-americana. No discurso de saudação a Eisenhower

---

<sup>84</sup>BANDEIRA, 1989, p. 85. Lafer, Horácio. Sessão da Câmara dos Deputados de 12-6-1959. In LAFER, Horácio. *Discursos parlamentares*. Seleção e introdução de Celso Lafer. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988, p. 292-299.

<sup>85</sup>ALENCASTRE, Amílcar. *Oswaldo Aranha - o mundo afro-asiático e a paz*. Rio de Janeiro: Nap, 1961, p. 130-

no Itamaraty, Kubitschek insistiu no binômio desenvolvimento-democracia. Afirmou que "A idéia do desenvolvimento é a grande força do nosso tempo, a tal ponto que certas tiranias implacáveis, por tantos títulos, merecedoras de repulsa têm querido atribuir um poder de absolvição ao argumento capcioso de que seus crimes visavam ao desenvolvimento". E, mais adiante, pediu a deflagração de uma "ofensiva de prosperidade". JK reafirmou, assim, os termos que justificaram o lançamento da OPA, ao dizer que deveria "o mundo livre proceder a um rigoroso exame de consciência e verificar até que ponto se compenetrou da missão de conduzir e vencer essa campanha libertadora". O presidente brasileiro foi, aliás, insistente nesse aspecto: na parte final da alocução reiterou que "A luta pela justiça social toma, em nossos dias, a forma de luta pelo desenvolvimento".<sup>86</sup>

### **Jânio Quadros e a "Política Externa Independente".**

A campanha eleitoral para a sucessão do Presidente Kubitschek foi marcada pela retórica nacionalista. Tanto o candidato Marechal Lott quanto o seu oponente, Jânio Quadros, condenaram nos palanques a remessa de lucros feita por empresas de capital estrangeiro. Outro item que açulava os nacionalistas era a defesa do princípio da autodeterminação dos povos e, naquele momento, invocá-lo a favor de Cuba estava na ordem do dia. O reconhecimento de que o povo cubano a ele tinha direito implicava condenar o imperialismo norte-americano. Jânio não só usou em campanha este tema, como visitou Cuba, a convite de Fidel Castro. As formulações de Jânio em matéria de política exterior agradavam as esquerdas porque incluíam, também, o reatamento com a União

---

133.

<sup>86</sup>A íntegra do discurso do Presidente Juscelino Kubitschek foi transcrito pela *RBPI*, 3(10): 112-116.

Soviética.<sup>87</sup>

Jânio, uma vez no poder, fiel ao seu estilo indiscreto, centralista e de atitudes de efeito, pôs em prática parte de suas formulações de campanha, inaugurando uma política à época designada por Política Externa Independente (PEI), em razão do compromisso presidencial de dar ao Brasil, na esfera internacional, um comportamento independente em relação a blocos de poder, sem preconceitos ideológicos e voltado unicamente para a defesa dos seus interesses em prol do desenvolvimento econômico e social. A retórica da PEI incluía, ainda, a ênfase no desejo de participar das decisões internacionais, o prestígio dos princípios de não-intervenção e autodeterminação, e o bom relacionamento com as nações americanas, sobretudo com a Argentina.

Com referência aos Estados Unidos, Jânio pediu ao recém eleito Presidente John F. Kennedy uma revisão do posicionamento no hemisfério, pois a eles cabiam demonstrar a eficácia dos sistemas econômicos organizados nos moldes ocidentais:

"Os Estados Unidos devem compreender que enfrentam um desafio do mundo socialista. O hemisfério ocidental deve provar que não somente o planejamento comunista promove a prosperidade das economias nacionais. O planejamento democrático deve promovê-lo também, com a ajuda dos economicamente capazes, se houver a pretensão de evitar o risco de falência do sistema político de perplexos dois-terços do mundo ocidental".<sup>88</sup>

Neste ponto, a política exterior de Jânio seguiu uma linha de argumentação já traçada pela Operação Pan-Americana de Juscelino Kubitschek, segundo a qual as nações pobres eram presas fáceis do comunismo em razão da perspectiva

---

<sup>87</sup>BANDEIRA, 1973, p. 402-403; Id., 1989, p. 94-95.

<sup>88</sup>QUADROS, Jânio. A nova política externa brasileira. Trad. de José Carlos da Fonseca Júnior. *Relações Internacionais*, Brasília, 3:73-77, 1978, p. 74-75.

de desenvolvimento rápido que este oferecia.

Jânio, com a política externa, aumentou sua base de apoio interno, necessária para impor ao País um rígido programa de saneamento financeiro e administrativo. A adoção de tal programa facilitou-lhe a obtenção do auxílio financeiro internacional. Já em maio, os Estados Unidos, além da consolidação da dívida brasileira, concederam novos empréstimos quando da viagem do ministro da fazenda, Clemente Mariani, a Washington. O Eximbank concedeu um crédito de US \$ 600 milhões, (parte dos quais destinada à consolidação de dívida, que foi aliás alongada), além dos US \$ 170 milhões do Tesouro norte-americano para empréstimo de curto prazo e US \$ 100 milhões da futura AID (Agência para o Desenvolvimento Internacional). O FMI concedeu empréstimo de US \$ 160 milhões e adiou o vencimento de US\$ 140 milhões. Os bancos particulares concederam um empréstimo de US\$ 48 milhões, além da consolidação de dívidas anteriores. Ainda no referente às relações financeiras, cumpre observar que por esse mesmo tempo (de março a junho de 1961), o Brasil concluiu acordos de estabilização com oito países europeus.<sup>89</sup>

A retórica da política externa levada a efeito por Jânio Quadros não se convertia, em relação aos Estados Unidos, em atitudes de enfrentamento. Ao contrário, as relações bilaterais, cujo núcleo eram os assuntos econômicos e financeiros, corriam bem, conforme atestam os acordos para liberação de empréstimos.<sup>90</sup>

Pelo fato de Jânio Quadros ter utilizado a política externa, também, com objetivos internos, a prática efetiva desta foi mais moderada do que a retórica. Assim, por ocasião da invasão da Baía dos Porcos (17-4-1961), o Presidente

---

<sup>89</sup>*Relatório*, 1961, p. 5-6, 37; BANDEIRA, 1973, p. 411; BANDEIRA, 1989, p. 59-60; PARKER, Phyllis R. 1964: *o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março*. 2a. ed. Trad. de Carlos Nayfeld. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 32; INSTITUTO Brasileiro de Relações Internacionais. *Negociações financeiras do Brasil*. (1961)

manifestou apenas "profunda apreensão". Para a URSS enviou uma missão comercial, mas não restabeleceu as relações diplomáticas. Da mesma forma, para os países socialistas europeus enviou, apenas, uma missão comercial, chefiada pelo jornalista João Dantas. Embora tenha enviado o vice-presidente João Goulart à China Popular em missão comercial, não a reconheceu; ficou no apoio da discussão sobre seu ingresso na ONU.<sup>91</sup> De qualquer forma, considerando-se o curto período de sete meses, foram avanços efetivos e suficientes para conferir à gestão Jânio Quadros o início de um novo momento na política externa brasileira. Embora tenha pontos de contato com o período anterior, a PEI colocou as questões anteriormente diagnosticadas de forma eloqüente e envolveu a população, que se tornara mais exigente no encaminhamento das soluções para os graves problemas nacionais.

Jânio, ao formular a política externa, interpretava parte expressiva da opinião nacional que repelia a hegemonia econômica dos Estados Unidos, vista como contrária aos interesses nacionais. Assim, ao buscar a ampliação do mercado para as exportações no Leste europeu e na China Popular, rompia as reservas ideológicas tradicionais que contribuíam para a manutenção do relacionamento preferencial com os Estados Unidos. Todavia, como o jovem presidente estava disposto a levar avante um programa de austeridade financeira que sempre fora reclamado pelas agências internacionais como o FMI, não havia, concretamente, por que o Brasil e Estados Unidos divergirem.

Todavia, Jânio ao aprofundar o discurso neutralista e ao tomar atitudes concretas - como a condecoração de Ernesto "Che" Guevara - ganhava apoio de uma parte da opinião nacional, mas o perdia em outros de seus segmentos, além de estimular a reação - inclusive de parte das forças armadas - e provocar

---

<sup>90</sup>BANDEIRA, 1989, p. 59-60.

<sup>91</sup>BANDEIRA, 1989, p. 58.

apreensões nos Estados Unidos.<sup>92</sup>

Apesar de Jânio não ter reatado relações diplomáticas com a URSS (San Tiago Dantas é que concluiu o processo de reatamento pouco depois), o desdobramento das relações econômicas iniciadas na gestão Kubitschek/Horácio Lafer e a aproximação do Leste europeu provocaram apreensão entre os conservadores. O custo político e o eventual ganho econômico deixaram um saldo de difícil avaliação. Além disso, o comércio inexpressivo com a URSS apenas irritou, desnecessariamente, os tradicionais parceiros norte-americanos.<sup>93</sup>

### **Goulart e a deterioração das relações entre os governos**

A ascensão de Goulart à presidência, mesmo sob o regime parlamentarista, foi vista com desconfiança nos Estados Unidos. Quando de sua posse, memorando do Departamento de Estado a Kennedy informava que a ele seria concedido "o razoável benefício da dúvida".<sup>94</sup> Essa posição não tardou a ser modificada. Entre os dois países havia focos de atrito que levaram a um processo de deterioração nas suas relações, só interrompido com o desenlace de abril de 1964. Os principais pontos específicos de divergência foram a desapropriação da filial da ITT (International Telephone and Telegraph) levada a efeito por Leonel Brizola, as exigências do FMI e do governo norte-americano para liberação de financiamentos e a lei de remessa de lucros votada pelo Congresso Nacional. Como que envolvendo todas as questões, havia a preocupação do governo norte-americano com os rumos da administração de Goulart, vista cada vez mais como

---

<sup>92</sup>BANDEIRA, 1989, p. 56-61.

<sup>93</sup>ÁLVARES, Vera Cíntia. Reflexões sobre o surgimento da "Política Externa Independente" na gestão de Jânio Quadros. In DANESE, Sérgio Franca (org.) *Ensaio de História diplomática do Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão/IPRI, 1989. (Cadernos do IPRI, 2):79-87, p. 86; RODRIGUES, José Honório. *Interesse nacional e política externa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 190-191.

<sup>94</sup>*Apud* e cf. PARKER, 1977, p.22-3.

esquerdista e infiltrada de comunistas.<sup>95</sup>

Além disso, o Brasil adotou uma atitude de independência nos órgãos multilaterais no sentido de aprofundar o abandono do "compasso de Washington", isto é, de não secundar as posições norte-americanas. Foi o que aconteceu na VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos realizada no período de 22 a 31 de janeiro de 1962, em Punta del Este (Uruguai), quando se apreciou a questão cubana. Brasil e Estados Unidos distanciaram-se no decorrer do evento,<sup>96</sup> mantendo-se o Brasil numa posição de princípio a respeito do problema, sem a ligar, portanto, à ajuda financeira norte-americana derivada da Aliança para o Progresso.<sup>97</sup>

Em razão do convite para visitar os Estados Unidos feito por Kennedy a Jânio antes da renúncia, da importância do Brasil no contexto sul-americano e da intenção de Goulart em receber o mesmo convite com vistas ao aumento de seu prestígio interno na medida em que daria um tom moderado à sua administração, foi organizado o encontro dos presidentes no país do norte, em abril de 1962. A pendência relativa à expropriação da ITT foi colocada e entre ambos os presidentes ficou assentado um acordo básico pelo qual Goulart concordou em que a nacionalização pacífica de empresas deveria ser precedida de negociação sobre ajuste de contas, mas com um alongamento dos pagamentos referentes à indenização. Goulart e sua comitiva trataram ainda com Kennedy e/ou seus assessores do referente a problemas econômicos, política externa brasileira, inflação, golpes militares na América Latina, e infiltração esquerdista no

---

<sup>95</sup> Cf. MONETA, 1973, p.139-40.

<sup>96</sup> O Secretário de Estado norte-americano, Dean Rusk, abandonou o salão da Conferência quando San Tiago Dantas discursava, embora tenha, depois, pedido desculpas. Cf. *O Globo*, Rio de Janeiro, 25 jan. 1962, *apud* Brasil - Ministério das Relações Exteriores. *O Brasil em Punta del Este*, 1962, p. 232. Sobre interpretações da retirada de Rusk, que teria sido para atender a telefonema de Kennedy, veja-se, ainda, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 jan. 1962, *apud* Id., p. 232-233.

<sup>97</sup> "Hanson's Latin American Letter", Washington, 3 fev. 1962, *apud* *O Brasil em Punta del Este*, cit., p. 173-180.

Brasil.<sup>98</sup> Após dois dias de conversações, Kennedy e Goulart firmaram um comunicado conjunto no qual, entre outras coisas, o segundo

"manifestou a intenção de seu governo de manter condições de segurança que permitirão ao capital privado desempenhar o seu papel vital no desenvolvimento da economia brasileira" [e] "declarou que nos entendimentos com as companhias para a transferência das empresas de utilidade pública para a propriedade do Brasil será mantido o princípio da justa compensação com reinvestimentos em outros setores importantes, para o desenvolvimento econômico do Brasil".<sup>99</sup>

### O ponto mais baixo

O apoio de Goulart a Kennedy na crise dos mísseis de Cuba não impediu a deterioração das relações entre os dois governos, decorrente principalmente de pressões internas verificadas em ambos os lados. O avanço dos comunistas e de outros elementos da esquerda sobre o executivo e sindicatos brasileiros provocou apreensão nos Estados Unidos, que exigiam do Brasil uma política de saneamento financeiro, como condição para liberação de recursos, além da solução da questão referente às indenizações de empresas nacionalizadas (no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro e em Pernambuco, encampadas por Leonel Brizola, Carlos Lacerda e Cid Sampaio, respectivamente). Afora isso, o cancelamento das concessões da Hanna Mining Co. e a discussão sobre a revisão da lei de remessa de lucros dificultavam as relações entre os dois países.<sup>100</sup>

Com o crescimento das divergências, os Estados Unidos passaram a intervir na política interna brasileira. Nas eleições de outubro de 1962

---

<sup>98</sup>Cf. PARKER, 1977, p. 37-40.

<sup>99</sup>Apud DANTAS, San Tiago. *Política externa independente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962, p. 229-232.

<sup>100</sup>Cf. BANDEIRA, 1989, p. 104, 110-111, 113-115; ABREU, Marcelo de Paiva. *Inflação, estagnação e ruptura*:

(legislativas e para governadores de alguns Estados), o governo norte-americano prestou ajuda financeira aos candidatos anticomunistas, especialmente no Nordeste, onde tentou impedir a vitória de Miguel Arraes. Nesse momento, aliás, o regime parlamentarista brasileiro - que iria ser derrubado pelo plebiscito de 6 de janeiro de 1963 - passava por uma crise atrás da outra. Tancredo Neves renunciara em 26 de junho de 1962, o Congresso não aprovara a indicação de San Tiago Dantas, Auro Moura Andrade fora Primeiro-ministro por 48 horas e o seu sucessor (Brochado da Rocha) renunciara em 13 de setembro do mesmo ano.<sup>101</sup>

Ainda nesse ano de 1962, e em menor escala em 1963, os Estados Unidos aumentaram a presença de seus nacionais no território brasileiro, sobretudo no Nordeste. Naquele ano registrou-se a entrada de 4.968 norte-americanos com passaportes especiais. Houve, naturalmente, reação à essa entrada: falou-se em "invasão informal" pois, segundo se dizia, os recém-ingressados pertenciam à CIA, treinados em contra-insurreição.<sup>102</sup>

Com o retorno do regime presidencialista, San Tiago Dantas foi nomeado ministro da fazenda e, nesta condição, competia-lhe executar o Plano Trienal elaborado por Celso Furtado, ministro do planejamento. O plano era voltado para o combate à inflação e para a promoção do desenvolvimento com aporte maciço de recursos externos. Assim, a Missão San Tiago Dantas aos Estados Unidos, em março de 1963, foi organizada com a finalidade de obter tais recursos e para negociar o reescalonamento da dívida externa. O momento não era o mais oportuno, pois o Congresso norte-americano não estava convencido da eficácia da concessão de empréstimos ao governo Goulart. Por isto mesmo, antes de

---

1961-1964. In Id. (org.) *A ordem do progresso*. Rio de Janeiro: Campus, 1989, p. 202, 205.

<sup>101</sup>BANDEIRA, 1989, p. 114-116; PARKER, 1977, p. 44-47; DREIFUSS, René Armand. *A internacional capitalista; estratégia e táticas do empresariado transnacional (1918-1986)*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1987, p. 117.

partir, San Tiago Dantas tomou atitudes de conciliação - que atendiam mesmo a exigências das autoridades daquele país, como o corte de subsídios - e medidas dirigidas à estabilização da moeda e ao encaminhamento da solução da questão suscitada pela encampação da ITT e AMFORP. Sobre esta questão, o próprio Goulart enviou carta a Kennedy prometendo solução.

Em janeiro de 1963, portanto pouco antes da Missão San Tiago Dantas, nota do Itamaraty, divulgada pelo embaixador Roberto Campos, em Washington, demonstrava que em apenas 5 anos (de 1955 a 1961) o Brasil deixou de ganhar com as exportações para os Estados Unidos, em razão da queda de preços, importância superior a ajuda líquida destes no período de 22 anos (de 1940 a 1962). A nota esclarecia ainda que tal ajuda fora condicionada à aquisição de bens e serviços norte-americanos.

No decorrer das conversações, as autoridades norte-americanas levantaram questões de natureza econômica, fora do programa de estabilização mas que perturbavam as relações entre os dois países, como a lei de remessa de lucros e o comércio do Brasil com a União Soviética. Além disso, abordaram assuntos de natureza política, como a infiltração comunista no governo. Dantas chegou a examinar, em consequência, a possibilidade de romper as conversações.

Embora as dúvidas dos negociadores norte-americanos não recaíssem sobre o Plano Trienal, mas sobre a possibilidade de sua aplicação em razão do comportamento político de Goulart, afinal foi fechado, em 26 de março de 1963, o Acordo Bell/San Tiago Dantas.

O governo Goulart não conseguiu colocar este acordo totalmente em prática, especialmente após a substituição de todo o seu ministério em meados de 1963. As autoridades norte-americanas acompanhavam a tudo isso com preocupação, não só porque San Tiago Dantas, não mais ministro, gozava de

---

<sup>102</sup> BANDEIRA, 1989, p.116-7.

bom conceito em Washington, mas também em razão do perfil do novo ministério. Além disso, a questão da AMFORP continuava de pé.

A queda de San Tiago Dantas do Ministério da Fazenda marcou um novo momento nas relações Brasil-Estados Unidos. Estes, após concluírem que os termos do acordo Bell/San Tiago Dantas não estavam sendo cumpridos, mudaram o caráter da assistência financeira, passando a conceder "empréstimos para projetos", a fim de atender as "ilhas de sanidade administrativa", vale dizer, estados ou municípios específicos que atuavam na direção proposta pela Aliança para o Progresso. Enquanto isso, a crise na cúpula do governo federal prosseguia. Carvalho Pinto, o austero ex-governador do Estado de São Paulo, que sucedera a San Tiago Dantas no Ministério da Fazenda, pouco ficou no cargo. Exonerou-se no final de 1963. Foi substituído por Ney Galvão, então Presidente do Banco do Brasil. O Plano Trienal estava acabado.<sup>103</sup>

### **Os Estados Unidos e golpe de 1964**

Na medida em que Goulart preconizava as reformas de base e acercava-se de elementos esquerdistas, crescia a apreensão sobre os rumos do País e aumentava, também, a pressão externa. Esta manifestava-se por várias formas, mas todas numa mesma direção. Assim, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e a Ação Democrática Popular (ADEP) financiaram candidatos direitistas nas eleições de 1962 e receberam auxílio do exterior por meio do Royal Bank of Canadá, Bank of Boston e First National City Bank, conforme apurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Em consequência, Goulart suspendeu as atividades daquelas instituições. O Council

---

<sup>103</sup>BANDEIRA, 1989, p. 119-126; PARKER, 1977, p. 57-79; SKIDMORE, 1975, p. 390-391; IBRI. Missão brasileira nos Estados Unidos. *RBPI*, 6(21): 110-117, 1963; ABREU, 1989, p. 209-211.

of the Americas, liderado por David Rockefeller, contribuiu para a desestabilização do governo Goulart, com o conhecimento e a participação da CIA. Empresas norte-americanas, como a Hanna e a ITT pressionaram o seu governo com o propósito de provocar o colapso econômico brasileiro por meio da suspensão da ajuda para o balanço de pagamentos do Brasil. Conforme informações recebidas por Goulart, o embaixador dos Estados Unidos, Lincoln Gordon, mantinha contatos com o oposicionista Carlos Lacerda e empresários que conspiravam contra o seu governo.<sup>104</sup>

Segundo a CIA, que em meados de 1963 constatava que a maioria da população brasileira era nacionalista, com um componente de antiamericanismo, a cessação de toda a ajuda financeira ao Brasil poderia ser capitalizada internamente por Goulart (que ampliaria, assim, o respaldo às suas medidas relacionadas à dívida externa, às nacionalizações e às relações com a União Soviética) e, conseqüentemente, facilitaria a sua derivação para uma solução autoritária e ultranacionalista, hipótese em que os interesses privados norte-americanos estariam ameaçados. Daí a atuação da CIA na organização de grupos paramilitares e no fornecimento de armas, ponderando a hipótese de guerra civil.<sup>105</sup>

Não existem provas, todavia, de que o governo dos Estados Unidos tenha planejado ou tomado parte nos acontecimentos que puseram fim ao governo de Goulart. Mas não há dúvida de que acompanhou todo o desenrolar da crise, que estava alinhado aos conspiradores e que organizou uma força-tarefa para atuar nas águas brasileiras com a finalidade de, se necessário, dar apoio aos revoltosos, fornecendo-lhes armas, munições, combustíveis e lubrificantes. Não se previa desembarque. A operação preventiva, chamada de Brother Sam, foi cancelada

---

<sup>104</sup>BANDEIRA, 1989, p. 118-129. Vejam-se ainda DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 100-104, 362, 364, 383-384; Id., 1987, p. 140, 143.

em 3 de abril de 1964 sem qualquer atuação em razão da maneira rápida com que a crise teve o seu desfecho. Apesar de ter contado com a simpatia e o eventual apoio dos Estados Unidos, o movimento armado que depôs Goulart foi portanto exclusivamente brasileiro, inserido no processo histórico interno.<sup>106</sup>

Não se pode deixar de registrar a observação perspicaz de PARKER (1977) de que o eventual apoio norte-americano seria marginal ao movimento militar, amparada na constatação de que

"Os estrategistas norte-americanos não queriam ligar-se a nenhuma facção que tivesse pouca possibilidade de sucesso (...) Esperava-se que o golpe fosse um movimento brasileiro, que viesse a contar com o material bélico e com a presença dos Estados Unidos se houvesse necessidade de inclinar a balança. Daí a hesitação inicial de Washington, a 31 de março, quando somente o General Mourão havia entrado em ação".<sup>107</sup>

A vitória dos militares em março/abril de 1964 foi saudada pelo governo dos Estados Unidos, que procurou também prestar ajuda econômica ao novo governo.

Cumpram-se ainda reforçar que além da ajuda dos Estados Unidos a governadores estaduais e a prefeituras no período imediatamente anterior a 31 de março (às já referidas "ilhas de sanidade administrativa"), houve, também, auxílio a projetos específicos, como às polícias e ao Exército. A cooperação com este teria servido para aumentar a solidariedade entre os militares brasileiros e os norte-americanos. A ajuda econômica setorializada por critérios políticos contribuía para um governador levar a efeito projetos de efeitos visuais e acentuar a sua diferença em relação aos de tendência esquerdista. A ajuda econômica, assim,

---

<sup>105</sup>Cf. BANDEIRA, 1989, p. 127-129.

<sup>106</sup>Cf. PARKER, 1977, p. 99-133; Veja-se GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 3.ed. São Paulo: Ática, 1987, p. 52-67; SKIDMORE, 1975, p. 392-4; BANDEIRA, 1989, p. 130-132.

<sup>107</sup>PARKER, 1977, p. 129.

favoreceu forças opositoras a Goulart. PARKER, aliás, afirma que "A assistência econômica é um dos instrumentos mais importantes da política externa dos Estados Unidos". A influência destes sobre os acontecimentos políticos no Brasil no período de 1962/64 reside principalmente na manipulação da assistência econômica. Não obstante a existência de critérios econômicos e/ou técnicos na sua concessão, esta liga-se, também, a objetivos de ordem política. Assim, a partir de abril de 1964 a ajuda econômica deixou de ser setorial para ser canalizada para o governo central.

Para finalizar, cumpre observar que se durante a gestão de Jânio Quadros a Política Externa Independente pôde ser usada como instrumento de barganha frente aos Estados Unidos (Jânio praticou o que os analistas denominaram "neutralismo tático"), o mesmo não ocorreu com João Goulart. Ao ser considerado nos Estados Unidos como esquerdista e um "caso perdido", Goulart ficou sem poder de barganha frente ao parceiro hegemônico, que passou a adotar medidas que contribuiriam para a sua queda. Não se pode também perder de vista que em 1963-64 (isto é, após o ponto alto da guerra fria, que foi a crise dos mísseis de Cuba em outubro de 1962) o abrandamento da bipolaridade retirou a possibilidade de se praticar um "neutralismo tático" eficiente.<sup>108</sup>

## OS GOVERNOS MILITARES

A política externa brasileira sofreu mudança radical logo após o advento do regime militar em 1964. Em lugar da atitude de independência, o Brasil

---

<sup>108</sup>PARKER, 1977, p. 99-133. STEPAN, Alfred. *Os militares na política* Trad. de Italo Tronca. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1975, p. 93-99, 153; CRUZ, José Humberto de Brito. Aspectos da evolução da diplomacia brasileira no período da Política Externa Independente (1961-1964). In DANESE, Sérgio França (org.) *Ensaio de História Diplomática do Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão/IPRI, 1989. (Cadernos

alinhou-se aos Estados Unidos e inaugurou uma política definida pelo Presidente Castello Branco e seu chanceler Vasco Leitão da Cunha como “interdependente”, fundada em critérios ideológicos e numa concepção de círculos concêntricos. A doutrina da segurança nacional, formulada pelos militares nos tempos da guerra fria, passaram a orientar as relações exteriores do País. Fatos visíveis da nova postura foram a ruptura de relações diplomáticas com Cuba e a participação de tropas brasileiras na Força Interamericana de Paz (FIP), criada pela Organização dos Estados Americanos (OEA) para intervir na guerra civil da República Dominicana.

Mas esta orientação praticamente acabou junto com a gestão Castello Branco, pois a política externa já a partir da gestão do General Costa e Silva, começou a sofrer redirecionamentos nos termos da então denominada “diplomacia da prosperidade”.

Nos anos 70, segundo CERVO<sup>109</sup>, as relações especiais existentes entre os dois países foram sacrificadas pelo Brasil que se contrapôs à tutela norte-americana. As prioridades dos dois países eram distintas: enquanto o Brasil buscava o desenvolvimento, os Estados Unidos se preocupavam mais com a contenção do comunismo. Para aumentar seu poder de barganha frente à potência hegemônica, o Brasil procurou intensificar suas relações com outros países. Desde Costa e Silva tinha-se consciência de que as relações especiais não eram uma prioridade. A defesa dos interesses nacionais prejudicavam os entendimentos bilaterais. Divergiam, assim, os dois países no referente ao Tratado de Não-proliferação Nuclear, às importações de café solúvel, cacau, açúcar e ao contingenciamento de têxteis.

No governo Médici (1970-3), especificamente, houve dificuldades nas

---

do IPRI, 2): 64-78, p. 69, 71, 74-75.

<sup>109</sup> In: CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Ática,

relações comerciais, passando a balança comercial com os Estados Unidos a ser deficitária. Além disso, a decisão brasileira de estender o mar territorial para 200 milhas, as restrições norte-americanas às importações brasileiras, e o relativo à política nuclear e ao meio ambiente levaram os dois países a adotar, com frequência, posições opostas. No congresso norte-americano não faltaram pressões no sentido da retaliação.

Na gestão Geisel (1974-78), as dificuldades políticas e econômicas entre os dois países aumentaram. Agravava-se o déficit comercial brasileiro e anteviam-se mais dificuldades para as exportações brasileiras destinadas aos Estados Unidos. Havia também dificuldades no campo energético. Num momento de agravamento da crise do petróleo, os Estados Unidos suspenderam o fornecimento de urânio destinado à usina de Angra dos Reis.

Geisel procurou novas parcerias estratégicas e, nesse contexto, firmou o acordo nuclear com a Alemanha (27-6-1975). Isto irritou os Estados Unidos, sobretudo porque o Brasil não era signatário do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP). Além disso, na esfera multilateral, o Brasil tomava atitudes independentes, como o reconhecimento de estados comunistas na África, o restabelecimento de relações com a China comunista e a condenação do sionismo como forma de racismo.

Nos anos 80, durante as administrações de Ronald Reagan, os Estados Unidos lutaram pela liberalização do mercado da informática, pela redução do protecionismo, pela ampliação dos direitos das empresas estrangeiras, pela privatização das empresas estatais, além da eliminação de subsídios às exportações, e a insistência na negociação da dívida externa brasileira. As posições norte-americanas confrontavam os interesses brasileiros, conforme

acentuou CERVO.<sup>110</sup>

No campo político verificaram-se também divergências no período Reagan. Enquanto os Estados Unidos reforçavam a bipolaridade Leste-Oeste, o Brasil tinha simpatia pelos regimes de esquerda (como Nicarágua, Cuba, Angola, Moçambique, Líbia) e ainda condenou a intervenção norte-americana na América Central.

As pressões norte-americanas sobre o Brasil se acentuaram em 1986 por causa, sobretudo, do contencioso da informática.<sup>111</sup> Os norte-americanos, opondo-se às disposições da Secretaria Especial de Informática, queriam proteger a propriedade intelectual do *software* e derrubar a reserva de mercado.<sup>112</sup>

## O DESAFIO ATUAL

O presente coloca algumas questões similares àquelas vividas no começo do século. Os Estados Unidos estão atravessando um momento de alta excepcional na produtividade industrial, que demanda imediata ampliação de mercado. Além disso, a potência do norte procura penetrar ainda mais no comércio de serviços da América Latina.

Em face de um concerto internacional que economicamente se apresenta cada vez mais multipolar e em face de um agrupamento das nações mais expressivas do Cone Sul hemisférico, os Estados Unidos procuram reafirmar sua

---

<sup>110</sup> Idem, p.398.

<sup>111</sup> Veja-se VIGEVANI, Tullo. *O contencioso Brasil x Estados Unidos da informática: uma análise sobre formulação de política exterior*. São Paulo: Alfa-Ômega; Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

<sup>112</sup> BANDEIRA, Moniz. O Brasil e o continente. In: CERVO, Amado Luiz (org.). *O desafio internacional*. Brasília: Editora UnB, 1994, p.177.

hegemonia atualizando, para isso, a retórica<sup>113</sup>. As palavras de ordem hoje são globalização e regionalização. Embora a retórica seja nova em relação à que foi usada no início do século, o ousado projeto de integração econômica inspirado no *Zollverein* alemão (ao qual não faltou até uma proposta de moeda comum) é, como se viu, antigo. As nações latino-americanas vivem uma fase de transição, na qual se assiste à formação de agrupamentos sub-regionais e se vê o esforço norte-americano para manter sua posição hegemônica. A proposta do *Zollverein*, feitas as devidas adaptações, foi substituída pela de um acordo para a formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Esta é uma proposta norte-americana destinada a resolver problemas norte-americanos. É preciso examinar até que ponto ela vem ao encontro de nossas demandas, pois a formação de uma área de livre-comércio, nos termos propostos, não interessa ao Brasil. A falta de competitividade de vários setores de sua economia não recomenda uma brusca exposição com conseqüências que são fáceis de se prever. Esta posição, todavia, não significa que se deva adotar uma atitude completamente contrária à intenção do nosso importante parceiro comercial do norte, mas sim saber exatamente do que se trata e de aproveitar o momento para, sem receio, propor barganhas que nos sejam vantajosas.

O Mercosul é apontado como um sucesso de integração. Com efeito, houve sensível aumento no percentual do total das exportações brasileiras que são destinadas à Argentina. Mas, é preciso ter presente que o Brasil hoje responde por uma parcela ínfima do comércio internacional, nem 1%. Assim, o que a Argentina recebe do Brasil é pouco em termos absolutos, mesmo porque o seu mercado é limitado para as necessidades brasileiras. A necessária expansão

---

<sup>113</sup> Albuquerque afirmou que "(...) a manutenção da iniciativa e da liderança do continente permanece como objetivo importante da política externa americana, na medida em que representa uma condição essencial do exercício da liderança global dos Estados Unidos". (ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. *Relações Brasil-Estados Unidos e a integração continental. Política externa*, 5(1):3-19, p.8.

das exportações brasileiras carece de mercados mais amplos do que aqueles que fazem parte do Mercosul. Assim, com ou sem ALCA, a solução do déficit da balança comercial brasileira passa, sobretudo, pelo aumento das exportações para a maior economia do planeta (Estados Unidos) e para a União Européia (prestes a incorporar a Polônia, que tem 40 milhões de habitantes), além do Japão e outros países asiáticos. O grande desafio de hoje é, portanto, abrir o mercado norte-americano para as exportações brasileiras. Os termos da equação do problema comercial do Brasil não se alteraram muito em relação aos do tempo de Rio Branco, que, como seus contemporâneos, tinha consciência do papel de motor da economia brasileira representado pelos Estados Unidos e de que a capacidade de absorção de produtos brasileiros pelos países que hoje compõem o Mercosul não era suficiente para resolver os problemas de uma economia exportadora. Não se pode, todavia, perder de vista que ao tempo de Rio Branco as economias brasileira e norte-americana eram complementares. Hoje o quadro é distinto. Os dois países, a muitos respeito, são concorrentes.<sup>114</sup> E isto torna as coisas mais difíceis e faz parte, portanto, do desafio atual.

---

<sup>114</sup> Veja-se BANDEIRA, Moniz. *Brasil - Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1988)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989, p.314.

## O IMPERIALISMO E A AMÉRICA LATINA

Prof. Dr. Leonel Itaussu Almeida Mello  
Departamento de Ciência Política da FFLCH/USP

O século XIX foi para a Inglaterra a época áurea do desenvolvimento capitalista, da expansão do império britânico e da supremacia marítima inglesa em todo o planeta. Esse século se caracterizou também pela total hegemonia do imperialismo inglês na América Latina. O comércio e as finanças, os investimentos nas áreas de transportes e serviços públicos, os acordos bilaterais e a esquadra britânica constituíram os principais instrumentos da preponderância inglesa no continente .

Em termos geopolíticos, a supremacia inglesa abrangeu toda a América Latina desde o México até a Patagônia e a denominação britânica se tornava tanto mais poderosa quanto mais se deslocava do norte em direção ao sul. A presença do imperialismo inglês foi mais direta e atuante no cone sul e na região da bacia do Prata, decrescendo à medida em que se deslocava para o mar Caribe e a América Central. Com exclusão da América portuguesa, onde o Império brasileiro realizou a independência mantendo sua unidade, a Inglaterra adotou uma política de balcanização que contribuiu para a fragmentação dos vice-reinados da América espanhola. O vice-reinado da Nova Espanha deu origem ao México e à miríade de mini-repúblicas centro-americanas; o vice-reinado de Nova Granada se dividiu na Venezuela, Colômbia e Equador; e o vice-reinado de Peru se bipartiu no Peru e Chile. A fragmentação do vice-reinado do rio da Prata resultou na formação de Estados

amortizadores - Bolívia, Paraguai e Uruguai - situados entre os dois grandes da América do Sul: o Brasil e a Argentina .

No caso específico da América do Sul a política de balcanização foi combinada com a política de equilíbrio de poderes entre o Império brasileiro e a República argentina, assegurando o predomínio do imperialismo inglês na bacia do Prata. Ao analisar a questão da geopolítica e do imperialismo na América Latina, Vivian Trias ressaltou o papel decisivo das relações brasileiro-argentinas para o equilíbrio de poderes na política sul-americana:

*“Vimos que, a partir de uma ótica geopolítica, a América Meridional se estende ao sul da zona amortizadora que cobre uma importante franja nortista de face para o mar Caribe. Neste espaço, geopoliticamente concebido, a chave do equilíbrio de poderes é a relação que une ou rivaliza o Brasil com a Argentina.”* (TRIAS, 1969: 123).

Para se ter uma exata dimensão da supremacia inglesa na América Latina. Basta verificar que os 756 milhões de libras investidos no continente até 1913 equivaliam a quase metade do montante total de 1.780 milhões aplicados pela Inglaterra em todo o império britânico (CHAUNU, 1971: 108).

A primeira metade do século XX se caracterizou pela rivalidade interimperialista anglo-americana pelo controle da América Latina. Em 1898 a Guerra Hispano-Americana havia iniciado a arrancada do imperialismo ianque em sua tentativa de tornar realidade a previsão formulada em 1850 pelo jornalista J.D.B. de Brow:

*“Temos um destino a cumprir, um “destino manifesto” sobre todo o México, sobre a América do Sul, sobre as Índias Ocidentais e o Canadá. As ilhas Sandwich são tão necessárias para o nosso comércio oriental quanto as ilhas do Golfo para o ocidental. As portas do império chinês devem ser derrubadas pelos homens de Sacramento e do Oregon, e os arrogantes*

*déspotas japoneses, inimigos da cruz, serão iluminados nas doutrinas do republicanismo e da lei do voto. A águia da república pousará no campo de Waterloo, depois de traçar seu vôo entre os desfiladeiros do Himalaia ou dos montes Urais, e um sucessor de Washington ascenderá ao trono do império universal.”* (apud BARRACLOUGH, 1973: 98-99).

Em termos de influência política e de penetração econômica, a porfia anglo-americana pelo domínio do continente se desenrolou no sentido de um progressivo alijamento do imperialismo inglês do hemisfério ocidental e de um simultâneo deslocamento dos países latino-americanos para a órbita do imperialismo ianque. Para se ter uma idéia desse processo, basta afirmar que em 1914 os investimentos ingleses no continente equivaliam a 4 bilhões de dólares, enquanto que os norte-americanos eram de 1.250 bilhão de dólares, dos quais 1.050 no México, 100 em Cuba e apenas 100 na América do Sul. Em 1929 as inversões norte-americanas haviam ascendido a 4.050 bilhões de dólares, praticamente se equiparando aos investimentos ingleses na América Latina (CHAUNU, 1971: 118-119). Segundo o mesmo autor, o comércio dos Estados Unidos com a América Latina correspondia a apenas 20% do volume de trocas do continente em 1914:

*"Com a Primeira Guerra Mundial e o sério golpe que ela representou para a economia européia, a parte dos Estados Unidos na América Latina elevou-se. No volume total das trocas com os diferentes Estados da América Latina, assumem, muito adiante da Inglaterra, o primeiro lugar: 38,7 % das vendas em 1929 contra 14,9 % da Grã-Bretanha, 36,1 % contra 12,2 % em 1938. No que se refere às compras, nos mesmos anos, os algarismos respectivos para os dois países - escolhe-se a Inglaterra como termômetro da Europa - permanecem bem favoráveis aos Estados Unidos: 34 % contra 18 % em 1929 e 31,7 % contra 16,3 % em 1938.”* (CHAUNU, 1971: 118-119).

A nível geopolítico, o avanço norte-americano se processou do norte para o sul do continente, seguindo a linha de menor resistência do imperialismo inglês que, a partir da perda de seus redutos setentrionais, foi recuando inexoravelmente até a queda dos últimos redutos meridionais. Até a 1ª Grande Guerra, os norte-americanos utilizaram a política do big-stick para dominar o golfo do México, as Antilhas, a América Central e a região setentrional da América do Sul, transformando o Caribe no "Mare Nostrum" do imperialismo ianque. No período de entre-guerras, os norte-americanos chegaram pelo canal do Panamá até a vertente ocidental do continente e estenderam seu domínio aos países sul-americanos do Pacífico. No período de pós-guerra, os norte-americanos alijaram os ingleses da bacia do Prata, da Argentina e do Atlântico Sul, estendendo sua hegemonia à parte meridional do continente americano. O recuo do imperialismo britânico na América ocorreu simultaneamente ao declínio da Inglaterra em consequência das guerras mundiais, da grande depressão e da descolonização afro-asiática.

No decorrer da porfia interimperialista pela América Latina tanto a Inglaterra quanto os Estados Unidos cooptaram aliados locais e manipularam suas rivalidades geopolíticas pela hegemonia a nível regional. Situada nesse contexto mais amplo, a rivalidade argentino-brasileira, além da especificidade de sua disputa pela supremacia platina, se articulava também, no âmbito continental, com a rivalidade anglo-americana pela preponderância na América do Sul.

Por um lado, desde sua independência a Argentina se estruturou como "país-granja" dependente do imperialismo inglês. Na relação centro-periferia a república portenha se especializou no duplo papel de fornecedora de carne e cereais para o abastecimento britânico, assim como no de mercado consumidor das manufaturas e de área de investimento de capitais ingleses,

aplicados principalmente no setor de estradas de ferro e instalações frigoríficas. Em 1913, dos 756 milhões de libras esterlinas investidos pelos ingleses na América Latina, 319,6 milhões (42 %) estavam aplicados na Argentina - o equivalente às inversões britânicas na Índia e no Ceilão - ,148 milhões (20 %) no Brasil e 99 milhões (13 %) no México (CHAUNU, 1971: 108). No início do século a Argentina havia se tornado, de fato, uma colônia financeira da Grã-Bretanha e o principal aliado do imperialismo inglês na América Latina.

Por outro lado, o Brasil, que no Império se situava também na esfera de denominação inglesa, no decorrer da República iniciou um paulatino processo de deslocamento para a zona de influência norte-americana. Por volta de 1914, os Estados Unidos já compravam 40 % do café brasileiro exportado para o mercado internacional e ocupavam a posição de terceiro investidor privado no país, logo após a Inglaterra e a França. Recorrendo à tradicional política de equilíbrio de poderes os norte-americanos procuram estabelecer uma cabeça de ponte no Brasil com o intuito de contrabalançar a influência inglesa na Argentina.

*"Entretanto, até 1930, o Brasil se encontra profundamente vinculado à Inglaterra. É a Grande Depressão iniciada em 1929, em combinação com a crise cafeeira, os movimentos sociais internos e a Revolução Brasileira de 1930 que liquidarão os vínculos mais importantes com a área da libra esterlina. Nessa ocasião, o Brasil dá um passo decisivo na direção da área do dólar."* (IANNI, 1971: 155-156).

Octávio Ianni afirma ainda que as inversões diretas norte-americanas no país, que em 1914 eram de 3 milhões de dólares, ascenderam em 1936 a 194 milhões e em 1950 a 644 milhões, época em que os Estados Unidos já

controlavam mais de 70 % dos capitais estrangeiros investidos no Brasil (Idem: 157).

A hegemonia mundial dos Estados Unidos no pós-guerra acelerou, na década de 1950, o desfecho da rivalidade anglo-americana pelo controle da América Latina. Analisando o conflito interimperialista e a manipulação dos respectivos aliados no continente sul-americano, escreve Vivian Trias:

*"A geografia e as peculiaridades históricas das relações britânico-argentinas e ianque-brasileiras foram lançando, dessa maneira, as bases de uma concepção do Brasil como satélite privilegiado do império do norte. Washington o instrumentou como peça decisiva para assediar o neutralismo argentino e, ao mesmo tempo, submeter o último baluarte do imperialismo inglês no sul. "* (TRIAS, 1969: 131).

Em meados dos anos 50 ocorreu a revalorização geopolítica do Atlântico Sul como uma das zonas vitais para a geoestratégia de contenção e para a política de defesa do Ocidente. A crise de 1956, com a nacionalização de Suez e o ataque israelense ao Egito nasserista, interrompeu o fluxo de petróleo que, do Oriente Médio, chegava a Europa e aos Estados Unidos pela rota Mar Vermelho-Mediterrâneo-Atlântico Norte. A crise de Suez revelou a fragilidade das vias tradicionais de suprimento do Ocidente e revalorizou a antiga rota do Cabo como via alternativa para o abastecimento petrolífero da Europa e da América do Norte. A nova importância assumida pela rota meridional aumentou, por sua vez, o peso do Brasil como aliado dos estados unidos, em decorrência da posição geoestratégica do Nordeste e de Fernando de Noronha para as comunicações entre o Atlântico Norte e o Atlântico Sul.

Simultaneamente à crise de Suez, ocorreu também o epílogo da rivalidade anglo-americana com o deslocamento da Argentina, último bastião do imperialismo inglês no continente, para a órbita de influência norte-

americana. Acelerado pela queda de Peron em 1955, esse processo teve seu desfecho em 1958 na eleição de Frondizi que, adotando uma política econômica desenvolvimentista, estruturou as bases da nova dependência argentina, consolidando a total hegemonia dos Estados Unidos na América Latina.

A preponderância norte-americana no continente, entretanto, foi abalada logo depois pela vitória da revolução socialista em Cuba e pelo ressurgimento do nacional-populismo no Brasil. A nova situação brasileira levou os Estados Unidos a reativarem a política de equilíbrio de poderes empregada no passado pelos ingleses na América do Sul.

A adoção dessa política representou uma brusca mudança nas alianças norte-americanas na bacia do Prata, com um simultâneo distanciamento do Brasil e a aproximação da Argentina. Essa nova aliança refletia, por um lado, a total inserção da Argentina na órbita de influência norte-americana e, por outro lado, a crescente tensão nas relações entre os Estados Unidos e o Brasil.

O clima de tensão se iniciou em 1958 quando, no bojo do processo de internacionalização da economia, acelerado pela política desenvolvimentista do Plano de Metas, o Governo Kubitschek consumou a ruptura com o Fundo Monetário Internacional e opôs resistência à pressão dos trustes que exigiam o fim do monopólio estatal do petróleo.

A tensão se agravou ainda mais em 1961 quando, em meio à crise hemisférica detonada pela revolução cubana, o efêmero Governo Jânio Quadros levou a cabo uma política externa independente, baseada na aproximação do Brasil com o grupo dos países não-alinhados e na abertura comercial e diplomática em direção ao bloco socialista.

A partir de 1961, com a ascensão do governo João Goulart, após a crise provocada pela renúncia de Jânio Quadros, as tensas relações brasileiro-

americanas atingiram o ponto máximo de ebulição. Ademais de dar continuidade à política externa independente, o novo governo desenvolveu uma política interna de cunho nacional-populista, cuja tônica eram as amplas mobilizações de massa e um programa de reformas econômico-sociais de viés anti-imperialista. A ruptura veio no primeiro semestre de 1964, quando a mobilização "por baixo" das classes subalternas foi respondida com a contra-mobilização "pelo alto" que, sob o comando dos setores dominantes associados ao imperialismo, desembocou no golpe militar que assinalou o colapso do populismo no Brasil. Segundo Octávio Ianni, o golpe de 64 representou o coroamento do processo de transferência do Brasil da área da libra para o do dólar que, remontando os anos 30, foi acelerado após a 2ª Guerra com o total deslocamento do centro hegemônico do capitalismo da Europa para os Estados Unidos ( IANNI, 1971: 145-146 ).

Em resumo, a ditadura militar pós-64 consolidou a santa aliança entre os setores militares de direita, o capital nacional associado e o capital monopolista internacional, criando as condições políticas e econômicas imprescindíveis à completa inserção do Brasil na esfera de influência do imperialismo norte-americano. Esse processo foi viabilizado mediante a criação de uma super estrutura jurídico-política autoritária e de mecanismos repressivos de controle e desmobilização social, que impulsionaram a internacionalização da economia brasileira e a integração do país na estratégia de denominação imperialista da América Latina.

### **BIBLIOGRAFIA CITADA**

1. TRIAS, Vivian

1969. Imperialismo y Geopolítica en América Latina, Buenos Aires, Editorial Jorge Alvarez.
2. BARRACLOUGH, Geoffrey  
1973. Introdução à História Contemporânea, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
3. CHAUNU, Pierre  
1971. História da América Latina, São Paulo, Difusão Européia do Livro.
4. IANNI, Octávio  
1971. O Colapso do Populismo no Brasil, Rio de Janeiro, editora Civilização Brasileira.

## A propósito do texto “Brasil-Estados Unidos: relações históricas e novos desafios”

Nanci Leonzo  
Departamento de História – FFLCH-USP

Destaco, no estudo apresentado pelo colega Clodoaldo Bueno, a periodização, qual seja, 1889 a 1902 e 1945 a 1964. O conhecimento de tais momentos históricos permitiriam, no seu entender, “*ampliar a visão do analista sobre o presente*”. A afirmação é justa, na medida em que revela a salutar intenção de deslocar a história das relações internacionais do seu campo “*clássico*”, no qual surgia, apenas, como um apêndice da “*história diplomática*”, comumente apoiada na análise do passado remoto, para aquele onde o historiador, como partícipe do processo histórico, valoriza, além dos fatores econômicos e políticos, os culturais, quase todos muito vinculados à sua própria experiência de vida. Sob esta perspectiva, penso ser pertinente salientar, neste encontro, o posicionamento de alguns intelectuais<sup>1</sup>, brasileiros e estrangeiros, diante da crescente ingerência dos norte-americanos, durante a segunda metade do século XX, nos assuntos mundiais.

*“Tout exemple passé,  
même lorsqu’il est  
enseigné, arrive toujours  
déjà trop tard”<sup>2</sup>.*

Ao redigir, em 1957, mais um volume de suas memórias, o diplomata sergipano Gilberto Amado reclamou da “*presença obstrutora da hora em que se escreve*”, capaz de atropelar e até mesmo destruir as lembranças desejadas. Mais de uma vez ele, assim como outros memorialistas, foi vítima deste tipo de esquecimento provocado pelas tensões do cotidiano. Qualquer narrativa do vivido deve, pois, ser lida com reservas, principalmente quando se propõe a resgatar episódios de um processo histórico inacabado. Assim, quando recorro a Amado (e a outros intelectuais), com o objetivo de tentar recuperar a historicidade

<sup>1</sup>Seguindo Raymond Williams, considero “*intelectual*” todo aquele que atua, produzindo conhecimento, na esfera da ideologia e da cultura. Ver, a propósito, sua obra *Keywords. A vocabulary of culture and society*. 3ª ed. London: Fontana Press, 1988, p. 170.

<sup>2</sup>Koselleck, Reinhart - *Le futur passé. Contribution à la sémantique des temps historiques*. Tradução do alemão para o francês de Jochen e Marie-Claire Hoock. Paris: Éditions de l’École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1990, p. 53.

das relações Brasil-Estados Unidos - tema deste encontro - tenho em mente as possíveis limitações impostas aos que examinam, filtram e relatam seu próprio passado, tentando justificar comportamentos e atitudes peculiares ao presente.

Nas páginas dedicadas aos Estados Unidos, Gilberto Amado registrou, com um certo tom de arrependimento, a seção de 15 de outubro de 1924, na qual defendera, como deputado integrante da Comissão de Finanças, o pan-americanismo. Tal pronunciamento, acentuou, havia sido fruto de um idealismo ingênuo. Os dirigentes norte-americanos, completou, jamais viram o Brasil como uma nação livre e autônoma. Para eles, éramos - e continuávamos sendo - parte integrante do que concebiam como "*South America*". Os clamores de Eduardo Prado, em *A Ilusão Americana*, permaneciam abafados<sup>3</sup>. Estava correto o diplomata. A primeira edição deste livro veio à luz, na cidade de São Paulo, em 04 de dezembro de 1893 e foi, de imediato, confiscada. Intimidado pela repressão governamental, Prado fugiu para a Europa, onde reeditou sua polêmica obra. Dela pouco se falou durante a primeira metade do século XX. Nossos nacionalistas preferiam, naquela época, combater o imperialismo britânico<sup>4</sup>.

Apesar de viver em Paris, Gilberto Amado comportava-se como mais um dos inúmeros Eduardos Prados que admitia existir, em meados da década de 50, no Brasil. O que todos tinham em comum era o desejo de lutar contra a pobreza da nação, o que seria possível através de sua libertação econômica. A reedição, em 1958, de *A Ilusão Americana* deve ser vista, portanto, como um passo importante na campanha contra a progressiva presença do capital estrangeiro, sobretudo norte-americano, na vida nacional. Seu autor, segundo os editores, não compreendera a república, nem diagnosticara as forças econômicas burguesas em plena expansão mundial, mas, mesmo assim, tornara-se uma espécie de profeta da "*era do imperialismo*"<sup>5</sup>. Não pretendo aqui discutir as idéias de Eduardo Paulo da Silva Prado (1860-1901), membro de uma tradicional família paulista e incondicional admirador da Inglaterra<sup>6</sup>, porém, apenas vincular a reedição de sua obra a um projeto político onde uma vertente nacionalista, nitidamente de esquerda, ocupava posição de destaque.

Mas Eduardo Prado não era o único símbolo manipulado nessa tentativa de conscientizar a população letrada brasileira sobre os males do "*imperialismo*". Havia, também, Brasilino, "*um homem qualquer, que mora num apartamento qualquer, numa cidade qualquer (...)*", que dormia, acordava, trabalhava, viajava e se divertia pagando dividendos ao capital estrangeiro. Embora cercado de relativo conforto e amparado pelas palavras do Sermão da Montanha, isto é, "*Bem-aventurados os pobres de espírito porque deles será o reino do céu*", Brasilino, segundo o autor de uma pequena publicação distribuída, no outono de 1961, pela Editora Brasiliense, a mesma que reeditara *A Ilusão Americana*, jamais teria o "*reino*" em sua própria terra, isto por culpa dos "*imperialistas*"<sup>7</sup>.

<sup>3</sup>Amado, Gilberto - *Presença na Política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1960, p. 170 e 211-212.

<sup>4</sup>Ver, por exemplo, Moraes, M.C. Guimarães - *O imperialismo britânico na América*. Rio de Janeiro: Edições Alba, 1940 e D'Albuquerque, A. Tenório - *O imperialismo britânico no Brasil*. Rio de Janeiro: Gráfica Labor, 1941.

<sup>5</sup>Prado, Eduardo - *A ilusão americana*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1958.

<sup>6</sup>Ver, a propósito, minha tese de livre-docência *O mundo elegante de Eduardo Prado*. Tese de Livre-Docência. USP:FFLCH, 1989.

<sup>7</sup>Martins, Paulo Guilherme - *Um dia na vida do Brasilino*. 6ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

Eduardos Prados e Brasilinos não faltavam no Brasil lembrado por Gilberto Amado. Comunistas, comunizantes e liberais, utilizando sua própria terminologia, necessitavam destes símbolos para despertar, na consciência da nação, novos valores que culminariam com a adoção de políticas públicas de forte cunho nacionalista, destinadas a superar nossa condição de país periférico e dependente. Mas este não é um estudo sobre as diferentes formas de nacionalismo presentes em nosso passado remoto e imediato, e sim uma breve reflexão sobre o comportamento de nossos intelectuais diante da presença norte-americana no país.

Barbosa Lima Sobrinho dedicou, em *Desde quando somos nacionalistas*, pequeno livro editado em 1963, um capítulo aos Estados Unidos. Nele, além de elogiar o libelo de Eduardo Prado, preocupou-se em demonstrar as conseqüências perniciosas da influência de Wall Street nos negócios brasileiros. Defendendo a independência econômica, lamentou nossa eterna subserviência:

*“Um Brasil forte, independente, ativo, poderá ser, inclusive, melhor amigo para os Estados Unidos que esse Brasil de pires na mão, esse Brasil de Alianças para o Progresso ou de Operações Pan-Americanas, esse Brasil espoliado, a mendigar prazos e a pedinchar ou exigir auxílios”<sup>8</sup>.*

Mesmo sem apontar, concretamente, os caminhos que nos conduziriam ao sonhado processo de emancipação política, social e econômica, o conhecido jornalista, por certo, conseguiu alguns adeptos para sua nobre causa. *Os Cadernos do Povo Brasileiro*, coleção que abrigou o seu livro, além de relativamente baratos, apresentavam-se como “*a chama que ilumina, a arma de que o povo dispõe para a conquista de melhores dias*”. Fingiam ignorar seus diretores, Álvaro Vieira Pinto e Ênio Silveira, que o “*povo*” brasileiro lutava para ganhar o pão de cada dia, pouco lhe importando o que pensavam e propagavam os intelectuais. Comer, no Brasil, sempre foi mais importante do que ler. Os estudiosos norte-americanos sabiam - e ainda sabem - disto muito bem.

Um ano depois, isto é, em 14 de abril de 1964, Francisco de Assis Barbosa proferiu, nas dependências do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, uma conferência em comemoração ao Dia Pan-Americano, também conhecido como Dia da América ou Dia das Américas. A data, segundo o orador, havia sido instituída em 1930, pelo Conselho da Pan-American Union, e referendada por Getúlio Vargas em 10 de fevereiro de 1931. O Instituto começara a celebrá-la dois anos depois. Barbosa era o trigésimo segundo conferencista e orava sob o impacto, conforme confessou, dos acontecimentos políticos de 31 de março. Seu propósito inicial teria sido o de construir uma visão de conjunto das relações entre o Brasil e os Estados Unidos, da doutrina Monroe e das flutuações do pan-americanismo de suas origens até o período presidencial de John Kennedy, o qual teria se encarregado de libertar o país das “*conveniências do capitalismo*”, colocando-o a serviço da paz mundial. Contudo, não tivera a tranqüilidade necessária para tanto e, assim, após uma rápida abordagem dos temas acima propostos, limitou-se a reproduzir a posição do Brasil na

<sup>8</sup>Lima Sobrinho, Barbosa - *Desde quando somos nacionalistas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963, p 81-115..

última Assembléia Geral das Nações Unidas, enfatizando o desarmamento, o desenvolvimento e a descolonização como tarefas essenciais para a garantia da liberdade humana<sup>9</sup>.

Francisco de Assis Barbosa, então muito conceituado no mundo acadêmico brasileiro, era um grande admirador dos norte-americanos. Apresentando o livro de Thomas Skidmore, *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco*, chegou a afirmar que em nenhum lugar do mundo, incluindo neste juízo o próprio Brasil, a nossa história era tão intensamente ensinada como nos Estados Unidos<sup>10</sup>. Exageros à parte, penso que estou diante de um intelectual que manteve intensos contatos com os chamados “*brasilianistas*”, transformando-se em uma espécie de ponte de ligação entre os pesquisadores estrangeiros e nacionais. Ele repetia, com esta atitude, o que no passado haviam realizado, dentre outros, Carlos Delgado de Carvalho, Afrânio Peixoto e Gilberto Freyre<sup>11</sup>. A “*Política de Boa Vizinhança*”, instituída, em 1936, com a assinatura da Convention for the Promotion of Inter-America Cultural Relations, cedo deu resultados positivos, incentivando, assim, o Departamento de Estado norte-americano a criar um órgão próprio para cuidar desta política de aproximação, qual seja, a Divisão de Relações Culturais<sup>12</sup>.

De acordo com o brasilianista Stanley J. Stein, o interesse dos Estados Unidos pela América Latina teve dois grandes momentos: o primeiro a partir da “*Política de Boa Vizinhança*” e o segundo após a Revolução Cubana. Ele esteve no Brasil, na condição de bolsista, duas vezes, isto é, em 1942 e 1948, e assim justificou estas viagens:

*“O futuro de estudos brasileiros no meu país depende muito do que venha acontecer... Lembre-se que o interesse dos Estados Unidos em outros países está intimamente relacionado com o que ocorre neles naqueles momentos...Diria que em muito depende da extensão e gravidade da crise interna de cada região. Se o país é importante e tem um problema que de alguma forma atinge os Estados Unidos, imediatamente as instituições prestarão atenção nele, se não...”*<sup>13</sup>.

Os anos de 1936, data oficial do início da “*Política de Boa Vizinhança*”, e 1959, correspondente à Revolução Cubana, lembrados pelos principais estudiosos norte-americanos que realizaram pesquisas no Brasil, são, em minha opinião, apenas momentos significativos de um processo de penetração cultural cujas origens podem ser encontradas,

<sup>9</sup>Barbosa, Francisco de Assis - Flutuações do Pan-Americanismo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 263:94-128, abril-junho de 1964.

<sup>10</sup>Skidmore, Thomas - *Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco*. Apresentação de Francisco de Assis Barbosa. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 4-5 e 17.

<sup>11</sup>Ver, a propósito, a coletânea *Aspectos da cultura norte-americana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

<sup>12</sup>Depoimento de Charles W. Wagley. In: Meihy, José Carlos Sebe Bom - *A colônia brasilianista. História oral de vida acadêmica*. São Paulo: Nova Stella, 1990, p. 71.

<sup>13</sup>Depoimento de Stanley J. Stein. In: Meihy, José Carlos Sebe Bom - Op. cit., p. 101.

conforme acentuou Clodoaldo Bueno, no final do século XIX. Seria precoce admitir que este processo chegou ao fim. Jorge Larrain, em livro recente, ao sustentar que a guerra fria consolidou a construção da identidade norte-americana, lembrou que os Estados Unidos, além de se colocarem como a nação do mundo mais poderosa em termos econômicos e políticos, tornaram-se os guardiões oficiais da liberdade e da justiça<sup>14</sup>. O centro continuou a ditar as normas para a periferia, mas, nos novos tempos, isto é, a partir de 1964, as armas eram outras.

“Ao longo de minha estada em Washington, não podia deixar de admirar a abrangência e a atualidade das informações da Casa Branca sobre a evolução dos acontecimentos no Brasil”, escreveu, em suas memórias, Roberto Campos, homem de bom trânsito entre burocratas e financistas norte-americanos, e que, com o advento do regime militar, assumiria a pasta do Planejamento, tendo como um dos seus objetivos contribuir para aparar as arestas das relações Brasil-Estados Unidos, desgastadas durante o governo de Jango Goulart. Mas enquanto “Boby Field” esforçava-se para “construir um ideário para a revolução”, preparando o PAEG - Plano de Ação Econômica do Governo 1964-1966<sup>15</sup>, Celso Furtado desembarcava em Nova York. Vinha do Chile, alegando que, na condição de exilado político, não encontrara uma ocupação “interessante” na Venezuela, na Argentina, na China e no México<sup>16</sup>.

Não era a primeira vez que teria uma convivência estreita com os norte-americanos. Durante a II Grande Guerra, como membro do Corpo Expedicionário Brasileiro, integrara o V Exército dos Estados Unidos no teatro de operações da Itália e, em 1951, visitara este país, segundo suas próprias palavras, “a convite de colegas das Nações Unidas”. Atuando no Centro de Estudos do Crescimento Econômico da Universidade de Yale, teve, então, a oportunidade de visitar outros espaços acadêmicos, realizando seminários ou proferindo conferências. Estas últimas trouxeram-lhe aborrecimentos, conforme atesta o seguinte depoimento:

*“Cabia-me responder a perguntas ingênuas de pessoas cuja fonte de informação se limitava à imprensa local e aos programas de televisão. Todos se mostravam horrorizados com as arbitrariedades praticadas pelos militares que assaltavam o poder nesse ou naquele país latino-americano, mas se preocupavam acima de tudo com a ‘ameaça comunista’. ‘O senhor não concorda que Goulart é um comunista ou está influenciado por marxistas?’ , era a pergunta chavão”<sup>17</sup>.*

<sup>14</sup>Larrain, Jorge - *Ideology & Cultural Identity. Modernity and the Third World Presence*. Londres: Polity Press, 1994, p. 156-157.

<sup>15</sup>- Campos, Roberto - *A lanterna na popa: Memórias*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994, p. 547 e 565-634.

<sup>16</sup>*Obra autobiográfica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, tomo III, p. 135-136.

<sup>17</sup>Idem, p. 150. Segundo Roberto Campos, Celso Furtado esteve nos Estados Unidos também em julho de 1961, ocasião em que teria se encontrado, na cidade de Washington, com o Presidente John Kennedy. Campos, Roberto - Op. cit. , p. 532-533.

Diante de alguns contratemplos que tornaram inviável sua presença nos Estados Unidos, Furtado deslocou-se para a França, admitindo que:

*“Nos Estados Unidos meu campo de ação confinava-se no mundo universitário. E o clima geral era de pouca simpatia por alguém que se fizera notório por atividades ditas ‘subversivas’ na América Latina. O inconformismo de um latino-americano tendia a ser interpretado como hostilidade aos Estados Unidos, cujo governo assumia em toda a região, exceto em Cuba, a defesa do status-quo social”<sup>18</sup>.*

Situação totalmente diferente foi a dos brasilianistas que, ao tempo, pesquisavam nos arquivos e bibliotecas espalhados pelo Brasil. O próprio Skidmore, que contou com o apoio financeiro das Universidades de Harvard e Wisconsin, parece nunca ter tido motivos para se queixar do Brasil, onde sempre circulou com grande desenvoltura e fez amizades. Além de Francisco de Assis Barbosa, foram, aqui, seus principais interlocutores José Honório Rodrigues e Francisco Iglésias, dois notórios historiadores<sup>19</sup>. Joseph A. Page não teve a mesma sorte. Escolhendo como objeto de estudo o campesinato nordestino, em particular as Ligas Camponesas organizadas por Francisco Julião, personagem que o fascinara, no verão de 1963, durante uma rápida passagem pelo Recife, foi detido quando retornou, no ano seguinte, com o propósito de aprofundar suas investigações sobre o tema. O incidente, relatado em seu livro *A revolução que nunca houve*, tem algumas passagens curiosas, como o seguinte diálogo mantido com um policial pernambucano:

*“ - Eu sou americano. Eu sou americano. - Minha voz suave estranha e vazia.  
Ele sorriu, mostrando os dentes da frente.  
- Aqui embaixo isso não significa nada”<sup>20</sup>.*

Na realidade, ser norte-americano ou, simplesmente, ser estrangeiro sempre significou muita coisa, principalmente no meio acadêmico brasileiro. Isto talvez explique o posicionamento, na década de 70, de alguns brasilianistas diante das arbitrariedades cometidas durante o regime militar. Cinco deles teriam sofrido um certo “*mal-estar*”, por terem assinado, por ocasião da morte do jornalista Wladimir Herzog, um manifesto contra a repressão<sup>21</sup>. De qualquer maneira, como já afirmei, os tempos eram outros. No desempenho do novo papel de guardiões da justiça e da liberdade, não restava aos Estados Unidos outra

<sup>18</sup> *Obra Autobiográfica de Celso Furtado*. Loc. cit., tomo III, p. 150

<sup>19</sup> Depoimento de Thomas Skidmore. In: Meihy, José Carlos Sebe Bom - Op. cit., p. 259 e Skidmore, Thomas - Prefácio à edição brasileira de *Brasil: de Getúlio a Castelo*, p. 13-14.

<sup>20</sup> Page, Joseph A. “Notas de uma prisão no Recife”. In: -- *A revolução que nunca houve. O nordeste do Brasil 1955-1964*. Tradução de Ariano Suassuna. Rio de Janeiro: Record, 1972, p.303.

<sup>21</sup> A expressão é de Skidmore, no depoimento acima citado.

alternativa senão apoiar a luta pelos direitos humanos, que nossos intelectuais comandavam com o auxílio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e dos principais órgãos de comunicação.

Surge, assim, no processo de penetração cultural empreendido, no Brasil, pelos Estados Unidos, um terceiro momento, que situo em meados da década de 70, no qual os norte-americanos, já preocupados com o domínio na esfera da “globalização”, examinam o terceiro mundo, ou melhor, os países “*emergentes*”, a partir de uma leitura específica e utilitária dos sagrados pressupostos referendados, em 1948, pela ONU. A luta em prol dos direitos humanos relegaria a um plano secundário o debate entre Samuel Huntington, um cientista político de Harvard, convidado a assessorar Ernesto Geisel na liberalização do regime, e estudiosos brasileiros, dentre os quais se destacou Wanderley Guilherme dos Santos<sup>22</sup>. O defensor de um mundo “*multicivilizacional*”, ao que tudo indica, foi o vencedor deste confronto de idéias sobre o futuro do país.

Se é verdade que, no mundo pós-Guerra Fria, conforme sustenta Huntington, as diferenças mais importantes entre os povos não são ideológicas, políticas ou econômicas e sim culturais, devemos continuar olhando, com uma certa dose de desconfiança, os norte-americanos. Os “*multiculturalistas*”, isto é, aqueles que desejam “*fazer o mundo ser como os Estados Unidos*”<sup>23</sup>, estão em toda a parte. Inclusive nas universidades.

*“The present is patently  
not, it cannot be, a  
carbon-copy of the past;  
non can it be modelled on  
it any operational  
sense”<sup>24</sup>.*

O estudo de Clodoaldo Bueno demonstra que “*os Estados Unidos procuram reafirmar sua hegemonia atualizando, para isso, a retórica*”. É cedo, ainda, para se ter uma compreensão ampla dos efeitos dessa “*retórica*”. Contudo, penso que, na condição de historiadores de nosso próprio tempo, e, sobretudo, na de cidadãos, temos a obrigação de acompanhar, de perto, essa nova fase do processo de penetração cultural que, em linhas gerais, tentei esboçar. Quando visitou, em 1947, os Estados Unidos, Jean Paul Sartre percebeu que conseguira entender o sistema, mas não o povo. Ocupou-se, em precioso

<sup>22</sup>Ver, por exemplo, Santos, Wanderley Guilherme dos - *Poder e política: crônica do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1968.

<sup>23</sup>Huntington, Samuel P. - *O choque de civilizações e a recomposição mundial*. Tradução de M.H.C. Côrtes. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1997, p. 20 e 405.

<sup>24</sup>Hobsbawm, Eric J. - *On history*. London: Weidenfeld & Nicolson, 1997, p. 26.

artigo publicado na Revista *The Nation*, dos mitos norte-americanos, quais sejam, felicidade, progresso, liberdade e maternidade triunfante, concluindo que o “*americanismo*” não era simplesmente mais um mito que a “*propaganda inteligente*” colocava na cabeça das pessoas, e sim algo que cada cidadão reinventava, incansavelmente, em seu cotidiano<sup>25</sup>. Não estou certa de que, passado meio século, conseguimos entender tal sistema e tal povo. Chego a pensar que Sartre estava profundamente enganado. Os anos mostraram que a engrenagem do sistema era mais complexa do que ele, no início da Guerra Fria, podia imaginar. Mas isto, em tempos de “*globalização*”, pouco importa. Será mesmo que pouco importa?

---

<sup>25</sup>Sartre, Jean Paul -” O perigo da hora”. In: Heuvel, Katrina Vandel e Santos, Hamilton (orgs.) - *O século XX nas páginas do The Nation*. Tradução de Hamilton dos Santos e Daniel Piza. São Paulo: Scritta, 1994, p. 19-22.

Universidade de São Paulo

Reitor: Jacques Marcovitch

Vice-reitor: Adolpho José Melfi

Instituto de Estudos Avançados

Conselho Deliberativo:

Alfredo Bosi – Diretor (FFLCH-USP)

Gerhard Malnic – Vice-diretor (ICB-USP)

Adelci Menezes de Oliveira (representante dos alunos de pós-graduação)

Franklin Leopoldo e Silva (FFLCH-USP)

Gilberto Dupas (Economista – representante da sociedade civil)

Imre Simon (IME-USP)

Pedro Leite da Silva Dias (IAG-USP)

Renato Hélios Migliorini (FM-RP-USP)